

ACTA N.º 19

ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA PÚBLICA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO ENTRONCAMENTO, REALIZADA EM 20-12-08

Aos vinte dias do mês de Dezembro do ano dois mil e oito, na sala de Sessões da Câmara Municipal do Entroncamento, reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal sob a Presidência do senhor **João Aires Moreira Mora Leitão**, secretariado pelos senhores **Rui Pedro Dias Gonçalves** e **Fernando José Guia Barbosa**, primeiro e segundo secretários respectivamente. -----

Além daqueles que constituem a Mesa, estiveram presentes os seguintes membros: ----

Em representação do Partido Social Democrata, os senhores: -----

José Barata António, Maria Isilda Videira Nogueira da Silva Aguincha, Rui Vitor Pires Bragança, João Carlos Rosa Pedro, Maria Fernanda Figueiredo Rodrigues Rolo, Nuno Filipe Januário Nunes e Franco Horta e Paulo Jorge Martins Beirante. -----

Em representação do Partido Socialista, os senhores: -----

António Isidro Neves Ferreira Marques, Célia de Jesus Nunes Leal Agostinho, José Maria Laranjeira Campenhe, Manuel Mesquita Domingues, Marta Isabel de Amaral Nogueira Pedro e Carlos Alberto Pato das Neves. -----

Em representação do Bloco de Esquerda, os senhores: -----

Maria de Fátima Vieira Figueira Roldão, Reinaldo de Jesus Rodrigues Amarante Tentado e Luís Filipe Dias Grácio. -----

Em representação da Coligação Democrática Unitária, os senhores: -----

José Luís Fernandes e António Silvino da Costa Ferreira. -----

Na qualidade de Presidente da Junta de Freguesia de Nossa Senhora de Fátima, o senhor: -----

Manuel Pereira Bilreiro. -----

Na qualidade de Presidente da Junta de Freguesia de São João Baptista e em substituição deste, o substituto legal, senhor: -----

José Maria Lopes Terra. -----

Estiveram presentes pela Câmara Municipal, o senhor Presidente Jaime Manuel Gonçalves Ramos e os Vereadores, senhores, Luís Filipe Mesquita Boavida, João José Pescador de Matos Fanha Vieira, Luís Manuel Antunes, Carlos Alexandre Zagalo Gouveia e Carlos Manuel Godinho Matias. -----

O Presidente da Assembleia deu início à sessão quando eram dez horas e quinze minutos. -----

Deu posse efectiva a **Maria de Fátima Vieira Figueira Roldão**, que substitui **Carlos Manuel Godinho Matias**, que renunciou ao mandato como membro desta Assembleia Municipal, pelo do Bloco de Esquerda. -----

Deu posse a **Nuno Filipe Januário Nunes e Franco Horta**, que substituiu o deputado Sérgio Manuel Carrondo Amaro, do Partido Social Democrata. -----

Deu posse a **Reinaldo de Jesus Rodrigues Amarante Tentado**, que substituiu a deputada Carla Sofia Roma de Oliveira, do Bloco de Esquerda. -----

Deu posse a **José Luís Fernandes**, que substituiu o deputado Mário Eugénio Filipe Duarte, da Coligação Democrática Unitária. -----

Deu posse a **Fernanda Maria Figueiredo Rodrigues Rolo**, que substituiu o deputado Sérgio Miguel Gil Nunes, do Partido Social Democrata. -----

Verificada a conformidade formal do processo eleitoral com a identidade dos eleitos e após a leitura das respectivas actas de instalação, avulsas, e do respectivo juramento por parte dos novos membros, o **Presidente da Assembleia** considerou-os investidos nas funções. -----

ACTA NÚMERO DEZOITO -----

A deputada **Isilda Aguincha** referiu ter pequenas alterações a fazer ao nível da pontuação, mas que, depois, remeteria essas rectificações aos serviços da Assembleia para posterior correcção. -----

VOTAÇÃO DA ACTA NÚMERO DEZOITO: -----

A acta número dezoito foi **aprovada por maioria**, com **dezassete votos a favor**, sendo oito votos do Partido Social Democrata, seis votos do Partido Socialista, um voto do Bloco de Esquerda, um voto da Coligação Democrática Unitária e um voto do Presidente da Junta de Freguesia de Nossa Senhora de Fátima e, **seis abstenções**, por não se encontrarem presentes na referida sessão, sendo, duas do Partido Social Democrata, duas do Bloco de Esquerda, uma da Coligação Democrática Unitária e uma do Presidente da Junta de Freguesia de São João Baptista. -----

----- **PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA** -----

O **Bloco de Esquerda** apresenta a Recomendação que se transcreve na íntegra: -----

MOÇÃO -----

“PELA QUALIDADE DA ESCOLA PÚBLICA -----

PELA SUSPENSÃO DO ACTUAL SISTEMA DE AVALIAÇÃO -----

1. *Atendendo a que o modelo de avaliação de desempenho do docente, introduzido pelo Decreto-Regulamentar 2/2008, de 10 de Janeiro, se enquadra numa orientação economicista; -*
2. *Admitindo que o Decreto-Regulamentar 2/2008 vem na sequência da publicação do Decreto-Lei n.º 15/2007, de 19 de Janeiro sobre Estatuto da Carreira Docente dos Educadores de Infância e dos Professores dos Ensinos Básico e Secundário, diplomas que contribuem para a efectiva degradação da qualidade de ensino da Escola Pública; -----*
3. *Tendo em conta os inúmeros problemas suscitados na aplicação deste modelo de avaliação de desempenho dos docentes; -----*
4. *Sabendo-se que as recomendações do Concelho Científico da Avaliação do Professores, estrutura criada pelo Ministério da Educação, estabelecem duras críticas a aspectos centrais do modelo, nomeadamente quanto à utilização dos resultados dos alunos e o abandono escolar como itens de avaliação; -----*
5. *Assumindo que a qualificação do serviço docente é condição indispensável para a melhoria da qualidade do serviço público de Educação; -----*
6. *Tendo em consideração que o clima de contestação e indignação dos professores, educadores e alunos, e a insustentável instabilidade e mal-estar vivido por toda a comunidade educativa, prejudicam efectivamente o processo de ensino/aprendizagem; -----*
7. *Entendendo a Educação como processo cultural, participativo, em que os professores e educadores não podem ser reduzidos a distribuidores de conteúdos e os alunos meros receptáculos de uma massa de conhecimentos sem coerência; -----*

A Assembleia Municipal do Entroncamento na sua reunião de 2008-12-20 delibera: -----

Solidarizar-se com a luta dos professores e educadores em defesa da Escola Pública com qualidade e pela suspensão do processo de avaliação em curso. -----

(Moção a enviar ao Presidente da República, ao Primeiro Ministro, ao Presidente da Assembleia da República; aos Grupos Parlamentares, assim como aos órgãos executivos das escolas do concelho).” -----

Luís Grácio faz pequena apresentação sobre a Moção acerca do actual sistema de avaliação de professores: “Como é do conhecimento de todos, e de alguns nesta Assembleia com conhecimento de causa, os professores têm desenvolvido ao longo do último ano uma luta muito grande pela dignificação da sua função. Tiveram alterações profundas na actividade que desenvolvem profissionalmente, não só a nível das suas práticas, como inclusivamente, ao nível do seu estatuto de carreira. E essas alterações, são alterações que têm causado grandes constrangimentos nas escolas, na relação dos professores com o Ministério e também na forma como encaram o seu futuro. -----

Como todos sabem, os professores contestam a avaliação que lhes é imposta. Não por serem contra a avaliação, mas por serem contra este modelo de avaliação. Um modelo injusto, que assenta numa visão arbitrária decorrente do estatuto da carreira docente, dividindo professores em professores titulares e professores. -----

É um modelo altamente burocrático, provavelmente sem comparação com mais nenhuma outra profissão no nosso país. Um processo que desgasta os professores em reuniões consecutivas e com grelhas e fichas de avaliação de dimensões exageradas, que têm sido, desde sempre, contestadas pelos professores. Também assenta num conjunto de questões, nomeadamente da possibilidade dos professores serem avaliados por outros professores titulares não da sua área de docência, que, apesar do Governo ter recuado nesta matéria, tal também será possível se o professor o requerer. -----

Por último, foi recentemente divulgado um inquérito feito aos professores em que, setenta e cinco por cento destes estariam disponíveis para trocar de profissão. E, inclusivamente, oitenta e um por cento, se estivessem em condições, recorreriam à aposentação mesmo com penalização. -----

Ora, todo este clima demonstra a insatisfação que se vive no seio da carreira docente, no seio dos professores e demonstra, de facto, o sentimento de injustiça que eles sentem de como estão a ser tratados. -----

Neste sentido, nós apresentamos esta Moção, por considerarmos que a defesa da Escola Pública, a possibilidade dos professores poderem progredir regularmente na sua função, na sua actividade, melhorando as suas competências pedagógicas e científicas, não se coaduna com este tipo de avaliação que lhes é proposta. -----

Portanto, nós estamos solidários com esta luta dos professores, consideramos que o processo de avaliação, a ser feito, terá de ser feito com critérios justos, com critérios de mobilização dos professores, no sentido de melhorar as insuficiências que todas as pessoas têm nas suas actividades (há sempre coisas a melhorar), mas não no sentido que lhes é imposto neste momento.” -----

Pediu a palavra **António Ferreira**: “Em relação a este assunto, a Coligação Democrática Unitária (PCP) defende uma escola democrática, uma escola pública, uma escola de acesso universal para as crianças, para os jovens e para os adultos também. O modelo que nós defendemos é aquele que está na Constituição. -----

O que tem sido feito nos últimos anos é o modelo contrário a este. Apesar da Constituição ter sido revista e do ensino público ter passado de gratuito para tendencialmente gratuito, isso tem sido desvirtuado completamente. -----

Queria deixar aqui alguma visão daquilo que se passa em relação aos últimos tempos nas escolas – não é só uma guerra de professores, não é só uma questão de descontentamento dos professores, é a qualidade do ensino público que está em causa neste momento. Se formos ver os *rankings* das escolas, que foram publicados recentemente, verificamos que já não são as escolas públicas que estão em primeiro lugar. São escolas particulares. É aí que o Estado tem investido fortemente. -----

Por outro lado, chamo a atenção que foi uma manifestação de cem mil professores, depois uma manifestação de cento e vinte mil professores. Se acrescentarmos aos cento e vinte mil professores mais cerca de oito a dez mil professores que se dizem independentes dos

sindicatos, nós temos cento e trinta mil professores dos cento e cinquenta mil professores que se pronunciaram contra. E, os professores não se pronunciam só contra esta forma de avaliação! ---

Eles pronunciam-se contra uma série de outras questões, das quais, por exemplo, podemos apontar a diferença entre categorias de professores – professores de primeira, professores de segunda. Podemos apontar também a necessidade que os professores têm de preparar as aulas, o que neste momento, não têm tempo para preparar aulas. Passam o tempo todo na escola, muitas vezes em actividades que não têm nada a ver com aquilo que é o seu transmitir de conhecimentos às gerações. E isto vive-se nas escolas com muito nervosismo. ----

Portanto nós, Coligação Democrática Unitária, estamos em geral a favor desta Moção, mas chamo a atenção que esta não reflecte tudo o que se passa nas escolas. -----

Nós vamos votar favoravelmente, no entanto, achamos que, o que se passa nas escolas é muito mais grave do que o que está reflectido nesta Moção.” -----

Pedi a palavra **Isilda Aguincha**: “Não querendo olhar muito para este tema em termos pessoais, obviamente que sou favorável a este documento, acima de tudo porque é um problema que afecta toda a sociedade portuguesa; que está a afectar não só os professores, mas as famílias, os alunos e é o continuar de um processo em que, politicamente e a nível nacional, se tem denegrido, espezinhado e maltratado uma classe profissional que, durante muitos anos, era uma classe respeitada. -----

Por razões económicas, por razões que às vezes nos custam entender, tem-se tomado um caminho relativamente ao sistema de ensino público que nos deve preocupar a todos, não só àqueles que estão efectivamente no meio, mas acima de tudo aqueles que têm uma participação efectiva na vida das comunidades. Os professores são gente que, não devem ser apenas e só instrumentos de transmissão de conhecimentos de acordo com o estipulado por alguém que, ainda não fez prova de ter competência, de ter capacidade e de ter conhecimento daquilo que é o sistema de ensino, daquilo que é a formação, daquilo que é a aprendizagem que deve ser posta na vida da escola pública. -----

Nesse sentido, nós vamos votar favoravelmente esta Moção.” -----

Solicitou a palavra **Ferreira Marques**: “Não temos uma visão, em absoluto, igual às que foram aqui manifestadas. Somos mais realistas, compreendemos o passado, o presente e sabemos o que é o futuro. Podemos dizer aquilo que todos sabemos, mas que todos calam, de que a avaliação que existia era zero. Tanto passava de nível um que tivesse uma efectividade de funções sem faltar o ano todo, como outro que andasse na rebaldaria. Não havia penalização por pouca dedicação ao ensino. -----

Isto é verdade. Estão aqui uma série de professores e sabem que é assim! Toda a gente passava, desde que fizesse um pequeno relatório, tinham suficiente e toda a gente passava de nível. Não conheço nenhum professor que tenha ficado retido! Desde que tenha feito as acções de formação que eram propostas fazer, toda a gente passava. -----

E eu estou a estranhar o Partido Social Democrata estar de acordo com esta Moção! Porque? Porque, na prática, demonstrou que não sabem o que querem, pois na Assembleia da República tiveram oportunidade de demonstrar e apresentar alternativas e, simplesmente entraram em debandada! Fugiram. Portanto, não assumem funções, não querem apresentar alternativas, não apresentam projectos alternativos. Portanto, se formos a ver, há alguma profissão, por exemplo aqui na Câmara, todos os funcionários chegam a Chefes de Divisão? A Directores de Departamento? Numa empresa, toda a gente chega a Administrador? Toda a gente chega a Director, a Encarregado, a Mestre-de-obras? Ninguém! Só lá vão por mérito e pelas necessidades das funções! -----

Nos professores era assim que acontecia. Eu conheço isto bem, na minha família são todos professores. Eu próprio estou no ensino há cinco anos. Conheço o que se passa lá dentro e sei o que se passa. Muitos professores não querem ser avaliados. É verdade, temos de ser realistas e temos que dizer a verdade! Porque os cidadãos estão a sustentar uma escola pública,

que é cara, que é muito cara, e tem que haver rentabilidade! Não vale a pena estarmos aqui com discursos demagógicos. -----

Eu posso dizer que não concordo com o modelo que está proposto. Contudo, tenho uma visão diferente daquilo que é necessário fazer. Porque o estar contra que haja, por exemplo, dois estádios de professores – os professores da geral e os professores curriculares – não vejo qual é o mal que isso tem!? Qual é o mal das pessoas se aperfeiçoarem e terem capacidade de desempenhar as suas competências na escola? Não vejo qual é o problema! Ainda não consegui perceber. -----

Eu quando trabalhei em empresas, também fazia a avaliação dos trabalhadores. E qual era o problema? Havia trabalhadores que entraram no mesmo dia para a empresa, tinham os mesmos anos de casa e, uns levavam prémios no final do ano, outros não levavam nada! Ou vai-se avaliar as pessoas naquela velha regra da tropa – *a idade é um posto – o tempo de serviço é um posto* – só por isso? Então não vale a pena fazer nada! Se o tempo de serviço é um posto, então só os mais antigos é que são promovidos! E há pessoas que entram nas organizações e, aquilo que aprendem num dia é o que sabem até à reforma! E há pessoas que estão a aprender todos os dias. -----

Por tudo isto, não concordamos com a visão derrotista do processo de avaliações. Pode ser aperfeiçoado, deve ser aperfeiçoado, mas, daí a utilizar a política *terra queimada*, não é democrático e não é bom para os cidadãos e para o país.” -----

Voltou a pedir a palavra **António Ferreira**: “Depois de ouvir este discurso, eu pergunto: Onde é que estava o PS, o PSD, a CDU, o PCP no pós vinte e cinco de Abril, quando construíram aquela Constituição, com aquelas regras que perspectivaram em termos de futuro para uma escola pública? -----

De facto, o modelo que foi aceite na altura, era uma escola democrática, uma escola democrática com a participação dos professores e dos alunos. Uma escola que ensinava às novas gerações os valores da democracia, que eram fundamentais nessa altura, para alterar uma visão que nós tínhamos, que nos tinha sido deixada por quarenta e oito anos e mais não sei quantos anos de obscurantismo. Portanto, era uma escola com uma perspectiva de participação dos professores e dos alunos. -----

O modelo actual de avaliação, não nos venham enganar, não vem substituir o modelo anterior de avaliação! O modelo anterior de avaliação já existia! Existia uma avaliação que nunca foi implementada pelos sucessivos governos! Nunca houve vontade de a implementar! A avaliação existia anteriormente. Mas também não é esse o modelo de avaliação que nós queremos. -----

Aquilo que nós queremos é que os professores e o Governo tenham diálogo, que se mantenha a escola democrática. Essa escola democrática, no assunto que o Bloco de Esquerda vai apresentar a seguir, por exemplo, tem reflexo. Tem reflexo na violência doméstica, tem reflexo na forma como conduzimos e nos comportamos na estrada, tem reflexo em toda a nossa sociedade. -----

Ora, o modelo que está a ser implementado, é o modelo que foi implementado no Chile, pelo Pinochet! É o modelo do fim da escola democrática. Não é a questão da avaliação! É uma avaliação arbitrária, em que os professores vão ter poucas palavras a dizer sobre a sua auto avaliação, sobre a avaliação dos seus colegas. A avaliação tem de ter uma dose importante de avaliação “inter-pares”. Não é uma avaliação do professor de história pelo professor de ginástica! É uma avaliação efectiva de inter-pares. -----

Em relação à questão que já aqui foi anteriormente levantada, numa das últimas sessões, que havia professores que estavam a trair, que os sindicatos se estavam a trair e a deixar-se trair. Não é verdade. Os sindicatos estão a ir na defesa dos interesses dos trabalhadores e têm estado unidos. Aliás, toda esta classe tem estado unida, porque eles têm razão em relação àquilo que estão a defender.” -----

Isilda Aguincha pediu a palavra: “Quanto à questão da “debandada”, deixe que lhe diga que há processos que os senhores deputados nacionais cumprem em determinados momentos, que tanto tocam aos do Partido Social Democrata, como aos do Partido Socialista! Porque também houve alguns ausentes do Partido Socialista, assim como houve alguns, que no meio da debandada, foram solidários com os professores. Aqueles que tiveram a capacidade de o ser, foram solidários com os professores. -----

O vosso camarada Manuel Alegre é uma das provas disso, tal como outras pessoas que continuam a ser respeitadas transversalmente, independentemente das forças partidárias de que falemos. -----

Quanto ao seu conhecimento do sistema de ensino e às pessoas que lhe estão próximas não quererem ser avaliadas, falará por si e não em nome da generalidade dos professores. -----

Ser professor não é dar aulas, não é cumprir um horário de picar ponto à entrada e à saída, é ter um trabalho de preparação, com formação, com um conjunto de actividades que vão muito para além de vender aulas e que, supostamente exigem, no mínimo, disponibilidade mental, o sentimento de pertencer ao grupo e respeito daqueles com quem trabalha; um sentimento de bem-estar perante a profissão, perante os alunos, perante o espaço em que está inserido. -----

Diz-me que não concorda com o modelo proposto, que nas empresas também nem toda a gente chega ao topo. É perfeitamente respeitável. Nas escolas também nem toda a gente chega ao topo. Sempre assim foi. Há pessoas que não têm condições habilitacionais para o efeito, há pessoas que por razões diversas não chegam ao topo. -----

Agora, é-me extremamente complicado perceber que este processo foi desencadeado com o tal dito concurso, em que fomos avaliados, e eu digo fomos, porque eu até fui daquelas que fui e porque tive cargos nos últimos sete anos, passei à frente de muita gente, que já foram meus professores, a quem respeito profundamente, e que foram extremamente penalizados, nomeadamente porque nos últimos anos foram professores dos seus alunos. Não tiveram cargos. Trabalharam com os alunos, trabalharam para os alunos. -----

Se isto é pôr os professores na escola a trabalhar para os alunos, então desculpem, mas alguém estava a dormir quando fez a Lei que desencadeou todo este processo. -----

Lamento profundamente tudo isto. Não vou dizer mais nada, porque começo a falar de um assunto que me é pessoalmente importante também e, parece-me que não se pretende fazer desta Assembleia um fórum, apenas e só, de matérias da educação. Há outras questões a abordar na ordem de trabalhos e também neste período de antes da ordem do dia. De qualquer modo, tomo nota das suas palavras enquanto professor, que nos diz ser, e não me revejo, obviamente, na figura que tenta mostrar dos professores a esta Assembleia.” -----

Pediu a palavra **Rosa Pedro**: “Não vou ocupar muito mais tempo com este assunto, mas de qualquer modo, é um facto que nós, desde setenta e quatro para cá, temos sempre ouvido falar de reformas do ensino. Anda-se de reforma em reforma e a reforma nunca mais estará concluída. Mas também concordo que uma reforma, não será um trabalho acabado. -----

De qualquer forma, constata-se que temos trucidado ministros sobre ministros, até pessoas com elevada capacidade científica e técnica e chegámos a este ponto, estando no estado em que estamos. -----

Nesta luta dos professores, eu, como observador (pois a minha passagem pelo ensino já foi há muitos anos e de muito pouca duração) tirei algumas ilações do que vi. Obviamente que, com certeza, todos concordamos que os professores deviam ser avaliados e que, obviamente, nem todos são bons e excelentes, pois certamente isso seria uma afronta para aqueles que se dedicam ao seu trabalho com profissionalismo. -----

Mas, tanta gente na rua, certamente algo quererá dizer. E eu penso que é fundamental que se chegue a um entendimento entre o Ministério e os professores, porque se isto não se resolve, nós caminhamos para o caos e colapso do ensino público. Não sei se já alguém pensou no que poderá vir a acontecer. -----

A questão do ensino já foi uma paixão, mas penso que hoje não é paixão, nem é programa de A, B, ou C, mas um aspecto crucial para o futuro do país. Se o país quiser dar um salto na nossa economia, a educação será fundamental. É estratégico. E eu penso que ainda nunca foi visto nessa perspectiva. -----

Não sei se já alguém pensou, por exemplo, no que é que poderá vir a acontecer com a continuação desta situação no ensino, com a qualidade das pessoas que vão saindo (e aqui eu subscrevo em parte as palavras do deputado António Ferreira), para além dos professores, é a situação de todo o resto da qualidade de ensino geral, onde se coloca um pouco no mesmo nível dos alunos, os que se esforçam, os que se dedicam e os que andam por lá. De modo que isto poderá ser trágico para o futuro do país. Até ao nível do mercado de trabalho, quando os antigos países do bloco de leste, que alguns aderiram recentemente à União Europeia, quando eles, pela sua elevada qualidade de trabalho puderem entrar pela Europa fora com os seus diplomas na mão, o que é que vai acontecer? -----

Este problema da educação tem de se resolver, senão isto é um colapso e nós não temos futuro. Quando os nossos alunos saírem das escolas, talvez tenham que disputar com os turcos e com os marroquinos lugares de servir às mesas, restauração e engraxar sapatos! -----

Desculpem, mas, independentemente de tudo o resto, eu, pessoalmente, vou subscrever esta moção com algumas reservas, pois não podemos continuar nisto e não sei onde é que isto nos vai conduzir. Mas penso que a um caminho muito triste.” -----

Luís Grácio pediu a palavra: “Não estávamos à espera que esta moção tivesse tanta polémica, mas esta é sempre positiva, faz abrir as mentes, faz as pessoas pensarem. -----

De facto, as comparações que o deputado do Partido Socialista aqui apresentou são comparações não comparáveis. Ou seja, estarmos a dizer que nas empresas nem toda a gente chega a administrador, esquecendo que no leque das habilitações nas empresas, temos desde o ensino mínimo obrigatório (ou até menos, em alguns casos, pois há pessoas a trabalhar que não têm o ensino obrigatório), até formação superior. Portanto, comparar com os professores que é uma profissão em que todos os seus elementos têm formação superior, é, no mínimo, desonesto. Estamos a comparar o que não é comparável. -----

É evidente que, numa empresa, é muito pouco provável que alguém com o ensino mínimo obrigatório chegue a administrador! Não quer dizer que não aconteça, mas é muito pouco provável (algum autodidacta). Mas comparar a vivência e as experiências das empresas com a profissão docente, não é minimamente honesto. Mais, os professores, tanto quanto todos nós sabemos, não recusam a avaliação. O que eles querem é uma avaliação justa, que dignifique a sua função. Uma avaliação que lhes permita progredir do ponto de vista da sua actividade pedagógica e científica e não a avaliação que hoje é feita que, no fundo, é para travar a sua progressão. -----

Esta avaliação tem, fundamentalmente, contornos de interesse economicista e não de formação. -----

É neste contexto que nós apresentamos esta moção, porque entendemos que o que se passa nas escolas, e pegando nas últimas palavras que o deputado do Partido Social Democrata acaba de referir, de facto, a nossa escola tem de dar um salto muito grande. E a nossa escola só dá um salto muito grande se tiver os professores empenhados nesse salto. Ou seja, se tiver os professores motivados. -----

Também não se compreende porque é que a Ministra vai à Assembleia da República pedir desculpa aos professores por os ter desmotivado, como se isso fosse a sua função. Pressupõe-se o contrário, pressupõe-se que a sua função seria motivar os professores, fazer com que o processo educativo fosse facilitado e não o que se está a verificar. -----

Portanto, o que nos parece, é que as comparações que aqui foram apresentadas são comparações completamente desajustadas e que não correspondem em nada com a realidade.” –

Pediu a palavra **Ferreira Marques**: “Fico pasmado quando o deputado do Partido Comunista Português – António Ferreira – diz que é possível um professor de história avaliar um professor de outra disciplina. Isso é mentira. Só pode ser dentro do mesmo grupo profissional. Só assim se podem fazer as avaliações, não é fora. Isso não está escrito em lado nenhum. Isso é uma “baboseira” claramente. -----

O deputado do Partido Social Democrata fala nas reformas depois de setenta e quatro. As reformas começaram antes, começaram com o Veiga Simão que tentou dar o salto a isto e foi logo contestado na rua. Toda a gente sabe que foi assim! Depois de setenta e quatro, quando a reforma se tentou implementar, que era uma reforma que implementava na altura os politécnicos e criava os grandes cursos de técnico/profissionais, foram todos batidos na rua! Foram deitados abaixo. Destruuiu-se o ensino técnico assim. Já lá vão 15 Ministros e nenhum deles foi capaz de dar a volta a isto. -----

A Presidente do Partido Social Democrata foi Ministra da Educação e não fez nada, não foi capaz, não teve coragem. Enrolou o rabinho e foi andando. E agora? -----

O que se vem aqui dizer são frases feitas, ideias soltas que não têm nada a ver com o contexto. A maior parte do que está aqui, são claramente frases políticas, frases claramente ideológicas. Não há nenhum contributo de modo a que se possa aumentar, qualitativamente, o trabalho feito nas escolas. -----

Aliás, há aqui uma coisa que não é falada, que é a participação dos pais, ou dos encarregados de educação. Quem sabe destas coisas, sabe que é assim. É uma componente importante no crescimento das crianças. E isso aqui é olvidado, porque isso não colhe! -----

Mas ficamos por aqui, pois não vale a pena estar a rebater com quem vem para aqui com ideias já pré-concebidas e com carga ideológica, tem que haver é com rebelião e na rua e mais nada... isto não leva a lado nenhum, isto não é democracia.” -----

Intervio **António Ferreira**: “Este tema já dura há muito tempo e temos outros assuntos também muito importantes para resolver. -----

Não quero com isto dizer que este assunto não seja importante. É importantíssimo, até porque tem a ver com a qualidade de ensino em Portugal e aquilo que está a ser feito é a destruição do ensino público. -----

Quanto à questão da avaliação – que eu só digo baboseira – é assim, aquilo que eu disse em relação à avaliação dos professores, vai ao ponto dos próprios pais avaliarem os professores de forma a influenciarem as notas no final. -----

Para já, na forma como as notas estão a ser aplicadas, para esconder um dos maiores problemas do ensino em Portugal, que é o abandono escolar, que há anos que anda à volta dos quarenta por cento! Nós temos, em termos de ensino superior, das taxas mais baixas! Mesmo assim, as pessoas não têm saída. -----

Isto é um problema que tem a ver com o ensino, mas não só, é um problema com toda a sociedade, com o sector produtivo.” -----

Solicitou intervir **Reinaldo Tentado**: “Eu não era para intervir sobre este assunto, até porque sou professor e isto toca-me profundamente. Mas nós ouvimos aqui coisas que não têm sentido, quando falam em frases feitas, quando nos acusam de manifestações de rua. -----

Nós somos cento e quarenta mil. Acham que somos todos do mesmo partido? Acham que estamos todos sindicalizados? Não estamos. Qualquer pessoa sabe que só trinta por cento dos professores neste momento é que são sindicalizados! E quando saíam para a rua cento e vinte mil, eram todos da Coligação Democrática Unitária? Não é verdade. -----

Quando falam em “frases feitas”, nós estamos a falar em factos! Qualquer professor, se fizer uma listagem, trás aqui montes de factos. E esses factos são indesmentíveis! Professores mais novos que vão avaliar professores mais velhos; professores que são licenciados vão avaliar professores que são mestres e doutores; participação dos pais... quais pais? Qual é a percentagem dos pais que vão à escola para saberem o que é que os seus filhos fazem? Quando lá vão, é só para saber as notas dos filhos no final de cada período. Não estamos aqui a trazer

frases feitas. Podemos trazer aqui montes e montes de problemas, de questões com que os professores se debatem. -----

Nós apenas trouxemos aqui uma moção de solidariedade e de apoio à luta dos professores. Agora se me vêm cá trazer questões destas, este tipo de intervenções como a que ouvi atrás de mim... muito obrigado.” -----

Pediu a palavra **Isilda Aguincha**: “Da minha parte, diria apenas e só, para fechar este assunto, que não estamos mesmo a falar de rebelião na rua. Mas estamos extremamente preocupados, mesmo muito preocupados com o estado policial que tentam impor à rebelião na rua.” -----

Ninguém mais querendo intervir, o **Presidente da Assembleia** colocou a moção apresentada pelo Bloco de Esquerda à votação. -----

VOTAÇÃO DA MOÇÃO -----

A moção apresentada pelo Bloco de Esquerda foi **aprovada por maioria com dezoito votos a favor**, sendo, dez votos do Partido Social Democrata, um voto do Partido Socialista, três votos do Bloco de Esquerda, dois votos da Coligação Democrática Unitária, um voto do Presidente da Junta de Freguesia de Nossa Senhora de Fátima e um voto do Presidente da Freguesia de São João Baptista e, **cinco abstenções** vindas do Partido Socialista. -----

Fez uso da palavra o **Presidente da Assembleia**: “Ora, uma vez que a moção foi aprovada, o teor desta será enviado ao senhor Presidente da República, ao Primeiro Ministro e aos Grupos Parlamentares.” -----

O **Bloco de Esquerda** apresenta a seguinte recomendação que na íntegra se transcreve: -----

RECOMENDAÇÃO -----

“Mais acção das autarquias na luta contra a violência doméstica -----

A violência contra as mulheres está a aumentar em Portugal e este ano foram já assassinadas 43 mulheres, mais do dobro de todo o ano de 2007. -----

Por ocasião do “Dia Internacional para a Eliminação da Violência Contra as Mulheres” que ocorreu em 25 de Novembro, foram divulgados relatos e números bem significativos: só a PSP recebeu, até finais de Outubro de 2008, mais queixas de violência doméstica do que em todo o ano de 2007, mais precisamente 13,6%. -----

Foram apuradas 14.823 denúncias nos dez primeiros meses, enquanto que o total do ano de 2007 foi de 13.050. São dados que apontam para um significativo aumento da violência doméstica contra as mulheres. E os dados conhecidos mostram que o nosso concelho não escapa à situação geral. -----

Não é aceitável que numa sociedade que se quer democrática, com uma das mais avançadas constituições do mundo, orgulhosa de ter dado ao mesmo um 25 de Abril, continue incapaz de erradicar esse cancro que resulta da violência dentro de portas. -----

A luta contra a violência doméstica teve avanços nos últimos anos. Avanços ao nível do estudo da violência, da extensão do fenómeno, das suas consequências pessoais e sociais, avanços a nível legislativo e avanços no apoio às vítimas. Mas não nos podemos conformar nem resignar com a situação actual. A violência de género tem que ser encarada como um problema político, um problema de direitos humanos e um problema de cidadania de que as autarquias se não podem alhear. E a luta tem de passar forçosamente pela prevenção, através da educação em casa, pelas intervenções adequadas nas escolas e, pelo agravamento da penalização dos que a praticam. Se há situações que a justificam, é na violência doméstica que deve ser aplicada a tolerância zero. -----

Assim, a Assembleia Municipal do Entroncamento recomenda ao Executivo que, em conjugação com as organizações que trabalham nesta área, disponibilize os técnicos de acção social para colaborar, quer na prevenção, quer no despiste e combate a este flagelo da sociedade. -----

Decidiu ainda dar conhecimento desta recomendação ao Grupo de Trabalho – Protecção Contra a Violência do Género, à Comissão dos Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, à Assembleia da República, assim como aos Grupos Parlamentares, e divulgá-la à Comunicação Social regional e nacional.” -----

Reinaldo Tentado faz apresentação da Recomendação: “O Bloco de Esquerda não apresenta esta Recomendação por ser um assunto que está na ordem do dia, mas sim porque sente que é algo que é transversal a toda a nossa sociedade. -----

Sabemos que a violência contra as mulheres está a aumentar em Portugal. Não vou agora referir os números, pois na nossa recomendação eles estão bem patentes e são assustadores. -----

Acima de tudo, queremos dizer aqui que não é aceitável que, numa sociedade em que dizemos querer ser democratas, que nos orgulhamos de ter uma das Constituições mais avançadas da Europa e de todo o mundo, um país que fez o vinte e cinco de Abril, continue a não ser capaz de erradicar este autêntico cancro que é a violência doméstica. -----

É facto que ultimamente tem havido avanços relativamente a este assunto. Tem havido estudos, tem havido alguma acção por parte das autoridades. Mas, acima de tudo, nós entendemos que nesta questão da violência doméstica tem de se começar muito cedo, através de uma prevenção. E esta prevenção tem de partir da educação dentro de casa. Primeiro através dos pais, depois passará para a escola, através da escola para as acções mais adequadas de informação e de ajustamento das mentalidades de cada um, e, finalmente, àquela parte mais desagradável, que é o agravamento das penalizações. -----

Nós ouvimos falar em tolerância zero relativamente, por exemplo, às questões de trânsito e, pensamos que esta questão da violência doméstica deve merecer também, das respectivas autoridades, uma tolerância zero. -----

É por isto que nesta Recomendação, o Bloco de Esquerda pede que a autarquia, de alguma forma, consigam, em conjugação com as organizações que trabalham nesta área, e possam disponibilizar também os seus técnicos para, de alguma forma, colaborarem nesta luta. Primeiro, como disse, na prevenção, depois na identificação e no despiste de casos existentes e depois, numa actuação séria dentro daquilo que for do âmbito da autarquia.” -----

Pedi a palavra **António Ferreira**: “Sobre este assunto, houve uma evolução enorme na sociedade portuguesa em relação aos direitos das mulheres. Ainda me lembro que, antes do vinte e cinco de Abril, uma mulher para sair de Portugal com os respectivos filhos, o marido tinha de assinar uma autorização. -----

Uma mulher só podia ser empresária se o marido autorizasse. As mulheres no ensino superior eram muito poucas. Mas esta questão alterou-se e neste momento a situação é exactamente o contrário. Deu-se condições às mulheres e elas, neste momento, no ensino superior, apresentam melhores resultados que os homens e têm tido um desempenho extremamente importante. Mas depois, não só na política, mas à frente das empresas, a mulher continua a ser preterida em relação ao homem. -----

É evidente que estas questões evoluíram, evoluem e tem a ver com a escola, com aquela questão de que falávamos há pouco, de uma escola democrata, uma escola que abra os horizontes das pessoas para isto. -----

Mas, para além das questões que estão aqui da violência na mulher, há situações também muito preocupantes em Portugal – o tráfico de carne branca, a prostituição, a forma como é feita essa prostituição. Todas estas questões são importantes e o Estado que não venha para cá com resoluções como as que tem feito, que é atribuir às mulheres, como o Partido Socialista fez, um terço para lugares. Não é assim. O Estado tem de criar as condições para que as mulheres não sejam um terço, que sejam mais do que isso, para ocuparem o seu lugar na sociedade. Tal como aconteceu no ensino, na política devia ser da mesma forma.” -----

Solicitou a palavra **Isilda Aguincha**: “Relativamente a este documento, eu penso que ele pode muito bem considerar-se vir ao encontro de uma orientação do nosso município, nomeadamente no apoio social aos munícipes com mais dificuldades. -----

De facto, é público, no comunicado do executivo, que diz que para as pessoas com mais necessidades, com mais carências, os Serviços de Acção Social da Câmara, através dos seus técnicos, podem fazer o apoio às famílias. -----

Penso que, também em relação a casos particulares, esta recomendação pode considerar-se ir ao encontro da orientação do município, porque de facto, são casos sociais e são casos que certamente os serviços vão estar disponíveis para acolher.” -----

Pediu a palavra **Ferreira Marques**: “De facto, nós constatámos que o Município do Entroncamento, e isso é verdade, tem algumas preocupações desta natureza e tem envidado alguns esforços (são patentes) por algumas actividades e estruturas que põem ao serviço da comunidade que mais necessita. -----

Reconhecemos isso e achamos que é louvável. Contudo, podemos dizer: “se puderem, façam um pouco mais, porque não é demais”. Eu reconheço que na área social, o Município, a Câmara Municipal, tem feito alguma coisa. -----

Pela nossa parte, o que solicitamos é que, se puderem fazer mais, que o façam, pois neste domínio é sempre bem vindo esse tipo de trabalho, porque normalmente assenta em pessoas em fim de uma vida de trabalho e com algumas dificuldades e, portanto, reconhecemos publicamente o trabalho nesta matéria. -----

Achamos que estas questões não se podem, no nosso ponto de vista, dividir entre homens e mulheres. Vivemos numa sociedade livre, democrática e as pessoas que devem ascender aos cargos e aos lugares deverão seguir um critério indiferenciado se são homens ou mulheres, azuis ou encarnados. Têm de ser as pessoas que têm mais competências para exercer os cargos, sejam elas quais forem. -----

Por conseguinte, eu, pessoalmente, sou contra estas questões de dividir isto por sexos, por cores, por religiões, etc. É de bom senso saber-se que, quem deve aceder aos cargos são as pessoas mais preparadas para o efeito. Nem sempre é assim, porque nós conhecemos e sabemos que há valores que são um pouco escondidos e muitas vezes há outras coisas que passam à frente do que é razoável. -----

O problema que se passa ainda em relação às mulheres em Portugal é um problema que decorre das questões culturais. Sabemos que, antes do vinte e cinco de Abril, os próprios códigos apontavam constrangimentos muito grandes em relação à liberdade das mulheres. Não tinham direito de voto, não tinham o direito de montar negócios, etc., etc., etc. A própria correspondência podia ser violada pelo marido, era legal fazê-lo e mais uma série de coisas. -----

E é claro, elas sujeitavam-se sempre a isso com suavidade e nem retilavam. -----

Portanto, há todo um conjunto de questões culturais que estão a encrencar as posturas na sociedade. O marido continua a ser o “eu quero, posso e mando” e isto é uma questão cultural que só se resolve com uma aculturação de valores modernos e de liberdade. Sabemos que no interior, por exemplo, apesar de no litoral também existir, continua ainda a persistir muito esta questão do poder do homem sobre a família. -----

Nós vamos naturalmente votar a favor deste documento.” -----

Ninguém mais querendo intervir, o **Presidente da Assembleia** colocou a Moção apresentada pelo Bloco de Esquerda à votação. -----

VOTAÇÃO DA RECOMENDAÇÃO -----

A Recomendação apresentada pelo Bloco de Esquerda foi **aprovada por unanimidade** com **vinte e três votos**, sendo, dez votos do Partido Social Democrata, seis votos do Partido Socialista, três votos do Bloco de Esquerda, dois votos da Coligação Democrática Unitária, um voto do Presidente da Junta de Freguesia de Nossa Senhora de Fátima e um voto do Presidente da Freguesia de São João Baptista. -----

Pediu a palavra **José Luís**: “Temos aqui alguns pontos que consideramos muito importantes para o Entroncamento. -----

Uma das questões, é a **ampliação do Centro de Saúde do Entroncamento** – Foi assinado um protocolo entre a Câmara e a ARS, no sentido da Câmara ceder o terreno, elaborar e mandar elaborar projectos técnicos, necessários ao arranjo exterior da área envolvente do novo edifício. -----

Segundo informação que temos, a própria escritura do terreno ainda não está feita. Perguntamos à Câmara se isto tem algum fundamento? Eu tenho aqui um ofício, que é de uma entidade oficial, que diz que ainda não foi efectuada a cedência do terreno. Em relação aos projectos que também são da responsabilidade da Câmara, perguntamos se já estão elaborados porque terão de ser entregues antes da aprovação dos projectos, da adjudicação da obra. -----

O Partido Comunista Português apresentou uma Proposta de Lei na Assembleia da República na discussão do Orçamento de Estado para dois mil e nove, em relação às **verbas do PIDDAC**. E são em relação ao Entroncamento as propostas que o partido fez na Assembleia da República. O reforço das verbas para o edifício da Esquadra da PSP – cinquenta mil euros; para o Museu Nacional Ferroviário – duzentos mil euros; para o Centro de Convívio – duzentos mil euros e para o projecto para construção do troço da IC3 entre o Entroncamento/Golegã /Chamusca – duzentos e cinquenta mil euros. -----

Eu estou aqui a apresentar este caso, porque lamentamos que os deputados do Partido Socialista e do Partido Social Democrata votem sempre contra as propostas que são apresentadas, nomeadamente aqui pelo Entroncamento, que tem sido um parente pobre em relação às verbas do PIDDAC. E lamentamos porque nunca vimos tomar uma posição pública em relação aos deputados, aqui, do Partido Socialista e do Partido Social Democrata. Tenho a certeza que todos defendem que devem vir algumas verbas do PIDDAC para o Entroncamento, mas ainda não tiveram a coragem de se manifestar contra os seus deputados na Assembleia da República, que votam sempre contra estas questões. Questões estas que são necessárias e fundamentais ao Entroncamento. -----

Um outro problema que aqui queremos levantar, tem a ver com o **lixo das casas pré-fabricadas**. As casas são demolidas e o lixo fica todo amontoado. -----

Penso que a Câmara deveria dar o exemplo, pois aquilo é uma autêntica vergonha que está ali. -----

Por último, julgo que a Câmara ainda é responsável pela **Escola do Bairro Camões** que está em degradação total. E se um dia a REFER pedir uma indemnização à Câmara pela degradação daquele edifício? O que a Câmara pensa disto?” -----

Fez uso da palavra o **Presidente da Assembleia**: “As respostas a todas estas questões aqui formuladas serão dadas em conjunto quando for feita a apreciação da informação do senhor Presidente da Câmara.” -----

INTERVENÇÃO DO PÚBLICO -----

Não havendo ninguém do público que quisesse intervir, o **Presidente da Assembleia** entrou nos assuntos da Ordem de Trabalhos. -----

ORDEM DOS TRABALHOS -----

PONTO NÚMERO UM -----

“ELEIÇÃO DOS REPRESENTANTES DO MUNICÍPIO À ASSEMBLEIA INTERMUNICIPAL DA COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO MÉDIO TEJO” -----

Usou da palavra o **Presidente da Assembleia**: “O ponto número um desta Ordem de Trabalhos, versa sobre a eleição dos representantes do Município à Assembleia Intermunicipal da Comunidade do Médio Tejo. -----

A eleição decorre nesta Assembleia, mediante a apresentação de listas fechadas, que não podem ter o nome de mais de cinco candidatos.” -----

Pediu a palavra **António Ferreira**: “Essa questão de não poder ter mais de cinco candidatos, advém da Lei, mas eu acho que isso não faz sentido nenhum. Até para efeitos de

substituição à posteriori, numa Câmara que tenha quase todos da mesma cor, é impossível depois haver substituições a seguir. Aliás, há uma série de coisas que estão na Lei que não fazem sentido. Esta Lei veio piorar aquilo que já existia anteriormente.” -----

Fez uso da palavra **Rui Gonçalves**: “A Mesa recebeu quatro listas às quais foram dadas letras pela ordem de entrada: -----

Lista A – lista do Partido Social Democrata, constituída por: Maria Isilda Videira Nogueira da Silva Aguincha, Rui Pedro Dias Gonçalves, João Carlos Rosa Pedro, Fernando José Guia Barbosa e Paulo Jorge Martins Beirante. -----

Lista B – lista da Coligação Democrática Unitária, constituída por: Mário Eugénio Filipe Duarte e António Silvino da Costa Ferreira. -----

Lista C – Lista do Bloco de Esquerda, constituída por: Luís Filipe Dias Grácio, Maria de Fátima Vieira Figueira Roldão e Reinaldo de Jesus Rodrigues Amarante Tentado. -----

Lista D – lista do Partido Socialista, constituída por: António Isidro Neves Ferreira Marques, Célia de Jesus Nunes Leal Agostinho, Manuel Mesquita Domingues, José Maria Laranjeira Campanhe e Marta Isabel de Amaral Nogueira Pedro (foi riscado o último nome porque só podem ser cinco).” -----

VOTAÇÃO DO PONTO NÚMERO UM -----
“ELEIÇÃO DOS REPRESENTANTES DO MUNICÍPIO À ASSEMBLEIA INTERMUNICIPAL DA COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO MÉDIO TEJO” -----

Após a votação e feito o escrutínio, as respectivas listas obtiveram a seguinte votação:

Lista A – dez (10) votos; -----

Lista B – dois (2) votos; -----

Lista C – três (3) votos; -----

Lista D – seis (6) votos. -----

Pelo método de Hondt, e como está previsto na Lei, pela média mais alta, as listas elegem o seguinte número de elementos: -----

Lista A – elege três (3) membros; -----

Lista D – elege dois (2) membros; -----

Ou -----

Lista A – três (3) membros; -----

Lista C – um (1) membro; -----

Lista D – um (1) membro. -----

Fez uso da palavra **Rui Gonçalves**: “Porque se dá um empate entre a lista D e a lista C e, como vem escrito na Lei, no seu artigo número onze, alínea quatro, diz: «os mandatos são atribuídos em cada Assembleia Municipal, segundo o sistema de representação proporcional, o método da média mais alta de hondt» e segundo pude constatar no STAPE, será sempre pelo maior número de eleitos. É sujeito a contestação mas...” -----

Pediu a palavra **Luís Grácio**: “Vou ler aquilo que estou a ler no STAPE «... assinala-se a aplicação da quarta regra específica da legislação portuguesa, no caso de restar um só mandato para distribuir, e de os termos seguintes da série serem iguais (que é o caso), e de listas diferentes, o mandato caberá à lista que tiver obtido o menor número de votos.»” -----

Voltou ao uso da palavra **Rui Gonçalves**: “À luz do que acabou de ler, e confio na sua palavra, a diferença será que a lista D elegerá um deputado e a lista C elegerá outro deputado. –

De qualquer maneira, a confirmação será feita e depois será transmitida aos senhores.”

PONTO NÚMERO DOIS -----
“PROJECTO DE ALTERAÇÃO DO REGULAMENTO MUNICIPAL DAS ZONAS DE ESTACIONAMENTO DE SUPERFÍCIE DE DURAÇÃO LIMITADA TAXADA DO ENTRONCAMENTO” -----

Fez uso da palavra o **Presidente da Assembleia**: “Devo esclarecer que na zona A, a zona de estacionamento de duração limitada, por lapso, não foi incluída a rua Dona Inês de Castro, que requer esta alteração ao Regulamento.” -----

Pediu a palavra **Reinaldo Tentado**: “O Bloco de Esquerda vai votar contra este documento. E não o faz apenas por coerência com todo o historial das posições do Bloco face a esta questão. O Bloco tem votado sempre contra o estacionamento pago à superfície, como votou contra o regulamento anterior e contra o tarifário. -----

Ao fazê-lo, está consciente que traduz o sentido dos que mais sofrem na pele a crise económica que nos assola; -----

Ao fazê-lo, está a defender o pequeno comércio, tão carenciado e impotente, perante o avanço das grandes superfícies. -----

Quanto a nós, ao querer estacionar para uma aquisição de pequeno valor, não se confrontou com o estacionamento pago e seguiu em frente, para outros locais, onde o estacionamento é mais perto, mais fácil e gratuito e a compra mais barata. -----

O alargamento de mais zonas de estacionamento pago, apenas vem beneficiar, em última análise, as grandes superfícies. O pequeno comércio, o comércio de bairro, já começou a ressentir-se desta forma de actuação. -----

A breve trecho será o encerramento dos estabelecimentos comerciais e, posteriormente, a desertificação das zonas. Se o Entroncamento já é praticamente o dormitório de Lisboa, com este andar, vai transformar-se num imenso estacionamento pago, mas vazio de gente e de vida. -----

Pediu a palavra **António Ferreira**: “A Coligação Democrática Unitária gosta de clareza nestas coisas e, por detrás deste Regulamento, há um historial e não nos podemos esquecer desse historial. -----

Este Regulamento teve inicialmente, e numa fase muito inicial, o apoio do Partido Social Democrata, do Partido Socialista e do Bloco de Esquerda. Depois desse Regulamento inicial, foram feitas muitas alterações. Em algumas dessas alterações, a Coligação Democrática Unitária também participou nelas com propostas. -----

Hoje, aquele Regulamento inicial já não é igual ao de hoje e nós sabemos porque é que o Bloco de Esquerda, entretanto, mudou de ideias. Quando viu a população chegar à Câmara e levantar questões relativamente aos preços e à “zonagem”, o Bloco de Esquerda mudou de ideias. E mudou bem. O Partido Socialista manteve-se, durante o mandato em que isto foi discutido inicialmente, na defesa do Regulamento, com valores mais altos, porque os valores também desceram. -----

Agora, eu queria deixar aqui bem claro que a Coligação Democrática Unitária defende uma solução global para o Entroncamento. Não estamos contra o pagamento de estacionamento, mas achamos que deve haver um Regulamento global para o Entroncamento, baseado num estudo e numa solução para esta cidade. -----

Opomo-nos à implementação deste Regulamento, ou de qualquer outro, enquanto a questão dos utentes da CP não seja resolvida. E continua por resolver. -----

Podem dizer-me que tal não é por culpa da Câmara Municipal e, de facto, não é, pois havia compromissos com a REFER que ficaram em *Stand By*. Aliás, o terreno está lá, sem as casas, mas não houve construção e aquilo não foi para a frente. -----

A Coligação Democrática Unitária tem também uma questão de princípio muito importante e, do ponto de vista da Coligação Democrática Unitária, isto não devia ser um negócio, nem explorado como um negócio. Esta foi uma das razões que nos levou a votar contra isto. É que depois, à volta de tudo isto, a filosofia do condicionamento do estacionamento à superfície, é para viabilizar o estacionamento em subterrâneo. Neste momento estão-se a criar dificuldades em algumas zonas próximas desta zona delimitada de estacionamento. Metade da avenida, durante o dia fica quase às moscas e a outra metade fica superlotada. Para além dos olivais mais próximos estarem a ser invadidos pelos carros logo de manhã. -----

Portanto, isto resolve-se com o tal projecto para todo o Entroncamento, com delimitação das zonas onde as pessoas possam deixar os seus carros de manhã e terem transporte público até à Estação.” -----

De seguida, pediu a palavra **Isilda Aguincha**: “Peço desculpa se não percebi, mas, este documento é apenas e só uma alteração que prevê a inclusão de um troço, ou de uma rua, que não estava contemplada no anterior Regulamento. -----

Portanto, e apenas nesse sentido, nós vamos votar favoravelmente este documento.” ---

Solicitou a palavra **Luís Grácio**: “Eu só queria fazer uma pergunta que talvez possa ser respondida no final da reunião. -----

Em princípio, a cobrança de estacionamento neste acréscimo que está aqui a ser votado, só deverá passar a efectuar-se após a sua aprovação? -----

Eu faço esta pergunta, porque já lá paguei dinheiro! Ou seja, está-se a aplicar antes de aprovar.” -----

Solicitou intervir **Isilda Aguincha**: “Eu dou-me ao direito de responder a essa questão, apenas com algum senso, porque como foi perceptível, penso que para a generalidade das pessoas, houve um lapso na não inclusão desta artéria no documento original. Isto é, houve aqui um nome a menos, uma rua a menos. -----

Agora, certamente, se já lá pagou dinheiro ou quem já lá pagou dinheiro indevidamente, ou quem não pagou e foi “*chamado à pedra*”, não vai ser penalizado por isso, porque, se é assumido que esta rua deveria ter constado no documento inicial e, por lapso, não constou, naturalmente que há aqui uma situação não regularizada. Mas, de certeza que algum município que tenha usado o espaço, não tenha posto a moedinha e que seja chamado sobre o assunto, não poderá ser penalizado por isso.” -----

Pediu a palavra **Ferreira Marques**: “Nós, por todas as razões já aduzidas e por outras que entretanto estão suspensas pela nossa parte, vamos votar contra.” -----

Voltou a pedir a palavra **Luís Grácio**. “É evidente que, quando eu falei nisto, não foi com a intenção de reaver o dinheiro. Mesmo votando contra. -----

A questão que se coloca é que, se de facto não está no Regulamento que aquela rua tem estacionamento pago, o bom senso tinha que, pelo menos o parquímetro que lá se vai colocar, na perspectiva de que veria a Assembleia Municipal a aprovar a inclusão desta rua, devia estar inactivo! -----

É uma questão minimamente de bom senso que me parece que aqui fugiu.” -----

Nada mais havendo a tratar sobre esta matéria, o **Presidente da Assembleia** colocou o ponto número dois da ordem dos trabalhos à votação. -----

VOTAÇÃO DO PONTO NÚMERO DOIS -----

O ponto dois da ordem de trabalhos – Projecto de Alteração do Regulamento Municipal das Zonas de Estacionamento de Superfície de Duração Limitada Taxada do Entroncamento – foi **aprovado por maioria com doze votos a favor**, sendo 10 votos do Partido Social Democrata, um voto do Presidente da Junta de Freguesia de Nossa Senhora de Fátima e um voto do Presidente da Junta de Freguesia de São João Baptista e, **onze votos contra**, sendo, seis votos do Partido Socialista, três votos do Bloco de Esquerda e dois votos da Coligação Democrática Unitária. -----

Entrou-se de seguida no terceiro ponto da Ordem dos Trabalhos. -----

PONTO NÚMERO TRÊS -----

“PROJECTO DE REGULAMENTO DA ZONA INDUSTRIAL – 2.ª FASE” -----

Foi dada a palavra a **Mesquita Domingues**: “Entendemos nós que o Regulamento da Zona Industrial deveria ser o mesmo, quer para uma fase, quer para a outra. -----

Quanto a este documento propriamente dito, há aqui algumas questões que nos merecem algum reparo. -----

No artigo quarto, diz que *a entidade gestora poderá vir a ser feita, em alternativa, por uma empresa municipal*. A mim, principalmente, não me agrada muito que a Câmara Municipal delegue a competência da gestão deste espaço, ou crie sequer a possibilidade disto vir a ser gerido por uma empresa municipal. -----

Sabemos o que por vezes está associado a essas empresas e o que é que elas acabam por representar. -----

Depois, quanto a todo o processo que se refere à atribuição dos lotes, parece-nos que há aqui algumas contradições. O artigo dezassete define um conjunto de pressupostos a que devem obedecer os eventuais candidatos à instalação de empresas em lotes. Quanto a nós, estes pressupostos estão correctos. Em relação a isso não temos nada a opor. -----

Acontece que, no artigo vinte diz, na atribuição e condições de venda dos lotes, que é feita por hasta pública. Eu vejo aqui alguma incongruência nisto. Pois por um lado, são definidos pressupostos, depois, vai-se fazer uma hasta pública. Ora, eu coloco a seguinte questão: Se há uma empresa que pretende instalar-se na Zona Industrial, cumpre todos os requisitos que são impostos no artigo dezassete e, depois, vai-se fazer uma hasta pública para um candidato? Pode acontecer, mas não vejo porque é que isso há-de ser feito assim, porquê criar esta obrigatoriedade? -----

Depois, julgo que era mais transparente se o preço a respeitar fosse um preço fixo, como, aliás, diz depois no artigo vinte e um, que é estipulado pela Câmara o preço dos lotes. E, desde que se cumprisse esse requisito, acho que seria suficiente. -----

Mas depois, há aqui o artigo vinte e dois que nos levanta muitas reticências. Diz o seguinte: «*Cessão da posição contratual – até à realização da escritura, os adquirentes dos lotes não podem ceder a sua posição, excepto se a Câmara Municipal assim o autorizar*» ou seja, há uma empresa que, num determinado momento, vem requerer a compra de um lote, cumpre todos os requisitos impostos pelo artigo dezassete, é feita a hasta pública, é-lhe atribuído um lote e, depois, neste intervalo de tempo, entre a hasta pública e o momento da escritura, essa entidade pode ceder esse lote a uma outra entidade! Pelo menos é isto que eu deduzo da leitura deste ponto. Penso que isto aqui, no mínimo, se presta a negociatas um tanto ou quanto estranhas. -----

Por todas estas dúvidas que o documento nos levanta, nós iremos abster-nos na sua votação.” -----

A palavra foi dada a **Reinaldo Tentado**: “Relativamente a este documento, o Bloco de Esquerda vai votar contra, pelas mesmas razões já aqui focadas pelo nosso então vereador Henrique Leal, na reunião de vinte e cinco de Agosto de dois mil e oito e que passo a enumerar:

1- A existência de dois regulamentos para uma mesma zona, o que faz perceber a duas velocidades; -----

2- O poder discricionário excessivo auto-atribuído à Câmara, em que a todo o momento não decorre de nenhum articulado do regulamento, mas das deliberações da mesma; --

3- Por não ser pertinente nem oportuno abrir-se a possibilidade de constituição de uma empresa municipal para a gestão da zona industrial; -----

4- A indefinição da natureza das actividades previstas nos números um e dois do artigo quinto, assim como a lógica que lhe está subjacente; -----

5- Discordamos da possibilidade de se construírem vivendas com cento e quarenta metros quadrados nos lotes da zona industrial – segundo artigo sexto numero sete; -----

6- Discordamos da possibilidade de cessação da posição contratual, bem como do poder discricionário reservado à Câmara nesta matéria (estamos a falar do artigo vinte e dois); --

7- Artigo vigésimo quinto – Discordamos da possibilidade de arrendamento e, mais uma vez, do poder discricionário reservado à Câmara; -----

8- Nas normas para a deslocalização das empresas, na norma de quinto, entendemos que deverá ser fundamental para viabilizar a eventual cessão da posição contratual, que a empresa adquirente esteja nas condições da prioridade definida na primeira norma.” -----

De seguida, deu-se a palavra a **José Luís**: “Em relação a este Regulamento, aqui no artigo terceiro, na alínea f), diz: «*Planta de síntese – peça desenhada onde se traduz graficamente as regras de ordenamento...*» penso que isto ficaria melhor «...onde se representam...»; -----

Depois, no artigo cinco, diz: «*Nos lotes de terreno da área empresarial da Zona Industrial – 2.ª Fase será permitida a instalação de actividades industriais e de armazenagem, bem como algumas actividades de serviços e comércio com características compatíveis com a lógica de funcionamento desta área*». Nós não vemos qualquer lógica no regulamento e nem tão pouco no preâmbulo. Quais são as lógicas? -----

O mesmo acontece na alínea a) «*a actividade a exercer pelo candidato se manifestamente incompatível ou inadequada com a lógica de funcionamento desta área empresarial*». Também tem a questão da “lógica”, mas não diz quais as lógicas dessa questão. --

No artigo seis, número quatro, diz: «*as edificações poderão ocupar mais do que um lote desde que sejam contíguos*». Mas não define quantos. Podem ser dez, quinze, aqueles que entenderem. -----

No número seis do mesmo artigo, diz: «*Nas faixas de protecção entre edifícios e entre estes e os limites do lote apenas serão autorizadas edificações de pequena altura, tais como portarias e postos de transformação*». Esta questão da pequena altura, também pode ser um prédio de três pisos, quatro pisos! Não define nada. -----

No número sete, diz: «*Poderá ser autorizada dentro da área de implantação com construção, a edificação de habitação destinada ao guarda ou pessoal de manutenção das instalações, cuja área não deverá exceder o menor dos seguintes valores: 10% da área de construção ou 140 m2*». Em relação a esta questão, nós temos muitas reticências, porque esta questão da construção de habitação na Zona Industrial não é nova. Já na primeira fase houve uma grande luta para não se construir habitação naquela zona. -----

Propomos que fique “exclusivamente destinada ao guarda ou pessoal de manutenção”. Que fique a palavra “exclusivamente”, porque de outra maneira, pode fazer-se aquilo que se entender. -----

No artigo dez, Águas residuais, número um, diz: «*As empresas que produzam efluentes líquidos só poderão fazer a sua descarga na rede de colectores municipais se esses efluentes cumprirem os valores indicados nos “Regulamentos de Descarga de Águas Residuais Industriais e de Águas Residuais Domésticas no Sistema de Drenagem Municipal do Concelho do Entroncamento” e demais legislação aplicável*». Pergunto: Existe algum Regulamento na Câmara? E a Câmara, na Zona Industrial, já tem alguma forma de tratamento das águas residuais? Pergunto ainda, quem nos vai dizer que isso vai ser cumprido? E se não for cumprido, o que é que acontece a quem não cumpre? Não diz absolutamente nada sobre isto no Regulamento. -----

No número dois do mesmo artigo, diz: «*As empresas deverão fazer prova que os métodos e sistemas de depuração a introduzir, se necessário com recurso a pré tratamento, darão plena garantia da compatibilidade do efluente com o meio receptor*». Pergunto de novo: Como é que as empresas vão dar essas garantias? E quem fiscaliza isso? -----

No artigo onze, diz: «*As empresas cuja actividade provoque a emissão de gases poluentes da atmosfera, deverão realizar o respectivo tratamento de modo a obedecer aos parâmetros estabelecidos na legislação aplicável*». E, o artigo treze no seu ponto três, é o único que utiliza o termo “proibir”. O resto, não diz proibir em questão nenhuma. -----

O artigo doze «*As empresas deverão tomar as necessárias providências de modo que a sua actividade dê cumprimento às disposições de Regulamento Geral do Ruído*. As providências não resultam, pois mais uma vez recorro o artigo treze, no seu ponto três, é o único que utiliza o termo “proibir”. E neste, também não diz que proíbe. -----

No ponto três do artigo treze, diz «*Deverá ser respeitada a legislação relativa aos óleos usados, sendo proibida a sua eliminação por processos de queima, bem como o seu lançamento no solo, linhas de água ou rede de esgotos*». Aqui diz que é proibida a sua eliminação... só aqui é que nos diz, e é a única coisa que nos diz que algo é realmente proibido. -

No artigo dezoito, diz assim: «*As empresas actualmente instaladas no concelho, em zonas de conflito com áreas habitacionais, poderão ter acesso a um lote na Zona Industrial – 2.ª fase, nos termos de protocolo a celebrar com a Câmara Municipal, mediante o qual se comprometem a encerrar as anteriores instalações na data do arranque da exploração da nova unidade na Zona Industrial – 2.ª fase e a manter a sua sede no concelho do Entroncamento.*» Nós aqui também temos muitas dúvidas se realmente a aquisição dos lotes se vai fazer nos mesmos termos que se faz para as outras entidades que queiram lotes. -----

No artigo vinte, na atribuição dos lotes, diz: «*a atribuição dos lotes será feita mediante hasta pública a realizar entre os interessados que apresentaram a respectiva candidatura. Só poderão concorrer à hasta pública os interessados cujo dossier de candidatura tenha sido admitido.*» Isto entra também no artigo dezoito? -----

No artigo vinte e dois, ponto um, diz: «*Até à realização da escritura os adquirentes dos lotes não podem ceder a sua posição, excepto se a Câmara Municipal assim o autorizar.*» Aqui, vemos que isto vai continuar a ser como foi na primeira fase. Todos sabemos as especulações que houve com os terrenos da primeira fase da Zona Industrial e vamos continuar a ter a mesma especulação nestas questões da segunda fase. -----

Artigo vinte e cinco, ponto número um: «*Os adquirentes dos lotes não podem arrendar ou permitir a utilização a terceiros, do lote e das edificações nele construídas, sem prévia autorização por parte da Câmara Municipal.*» É evidente que a Câmara Municipal, e isto em relação à primeira fase, o Partido Socialista e o Partido Social Democrata, autorizaram todos os pedidos que houve na primeira fase, em relação à alteração da actividade dos lotes e, vamos continuar com certeza a ter a mesma questão nesta segunda fase. -----

Em relação ao artigo vinte e seis, número sete – «*A Câmara Municipal poderá, em qualquer transmissão ou cedência dos lotes ou seus edifícios, usar do direito de preferência.*» Poderá, se quiser, se ela não quiser... continuam os negócios. E continuam porquê? Porque em todos os locais que eu conheço, onde foram criadas Zonas Industriais, os compradores dos lotes têm prazos para construir, prazos para instalar a sua actividade e, se não for assim, os lotes reverterem a favor da Câmara. E era assim que deveria ser para não haver especulação. Mas infelizmente, continuamos com o mesmo processo da primeira fase da Zona Industrial. -----

São estas as questões que nós levantamos.” -----

Pediu a palavra **Isilda Aguincha**: “Eu não queria dizer ao senhor José Luís que terminou com uma expressão de mau agouro. Mas lembro-lhe que muitos dos erros da primeira fase da Zona Industrial, eu gostava que não acontecessem nesta segunda fase, como todos nós gostávamos. Só que, para que eles não aconteçam, têm de se cumprir um conjunto de formalidades que, aquando da primeira fase da Zona Industrial, não fora cumprido. -----

Isto é, que nós saibamos, há uma condição prévia para se fazer cumprir um regulamento. É que, nas escrituras de entrega dos terrenos aos adquirentes, seja averbada à escritura as regras a que eles se sujeitam. Aquando da primeira fase, isso não foi feito. -----

Eu tenho a noção, e o senhor também tem certamente que, pelos erros cometidos, as pessoas compraram lotes de terreno, numa suposta Zona Industrial, livres de quaisquer ónus ou encargos, ou qualquer tipo de responsabilidades. Significa que, quando se acusam os autarcas actuais, por exemplo, ou quando se tentam acusar os autarcas actuais de erros cometidos, está-se a fazer uma acusação profundamente injusta. E estou a falar dos autarcas actuais, não estou a falar dos do Partido Socialista, ou dos do Partido Social Democrata, ou dos da Coligação Democrática Unitária, estou a falar de todos. -----

Aqueles que neste momento estão a gerir os destinos do concelho, não podem ser penalizados pelos erros do passado. E o erro maior foi não se cumprir o aspecto formal do registo do Regulamento em tempo, aquando da constituição das escrituras. -----

Obviamente que, sem isso, não é cobrado nada, porque não foi cobrado mais do que aquilo que dizia nas respectivas escrituras. Isto para não falar nas dificuldades que houve na gestão do processo, normais. Obviamente também, não pode haver um único regulamento para

as duas Zonas Industriais, porque se o primeiro Regulamento, que não foi cumprido enfermou de problemas imensos, agora quando se está a tentar fazer um regulamento, para cumprir, não se pode fazer dois em um. E daí a necessidade de um regulamento, que pode ter algum tipo de lapsos, não vou dizer que haja aqui um produto absolutamente bom, impecável, do melhor que há, não tenho sequer essa presunção, acredito na boa fé e na legalidade daquilo que aqui está, mas lembro que, não podemos de forma alguma associar este documento ao regulamento existente, porque é um regulamento que não serviu no passado, que não cumpriu a sua função e, portanto, o que se pretende acima de tudo, é que este regulamento venha a ser um bom regulamento, para ser cumprido e um instrumento de trabalho para o Município, para que possamos, efectivamente, ter uma Zona Industrial com as suas características e cumprindo as regras deste regulamento. -----

Relativamente a outras questões, há algumas observações que foram feitas de que não estão escritas neste Regulamento determinadas normas. Mas meus senhores, há normas que têm a ver com outras entidades, no que toca ao ruído, no que toca aos resíduos, no que toca a questões de ambiente e, portanto, embora a Câmara tenha necessariamente, enquanto entidade do concelho, de ter alguma fiscalização, o poder de intervenção em algumas destas questões, nem sequer é do Município. É de entidades que tutelam na matéria.” -----

Voltou a pedir a palavra **José Luís**: “Em relação àquilo que eu disse sobre os responsáveis do Partido Socialista e Partido Social Democrata, não estava concretamente a dizer que eram todos os autarcas actuais que têm responsabilidade nisso. Mas ainda temos autarcas neste momento, que são muito, mas muito responsáveis, que continuam a estar como autarcas neste momento. E é essa a referência que eu queria fazer. -----

Por outro lado, este regulamento é um regulamento que se pede para a Assembleia Municipal aprovar, mas depois para a Câmara decidir, porque, como nós referenciámos, há muita coisa que não está clarificado neste documento. -----

Eu considero que este Regulamento é para a Assembleia aprovar, mas para depois a Câmara decidir à sua maneira e à sua vontade (a vontade dos autarcas que estejam nesse momento). Porque um regulamento não pode ser assim. Um regulamento tem de clarificar as questões logo de início. E é isso que não está neste regulamento. -----

Eu considero que este regulamento é um regulamento completamente armadilhado.”

Solicitou a palavra **António Ferreira**: “Estou de acordo com aquilo que foi dito pelo José Luís. Mas tenho aqui duas ou três questões que gostaria de colocar. -----

No artigo dezasseis, na alínea f), onde está “ID&IT” convinha pôr por extenso, porque a maior parte das pessoas não percebe o que é. Isto é Investigação e Desenvolvimento e Inovação Tecnológica. Portanto, convinha pôr por extenso. -----

De facto, isto continua com o mesmo problema da Zona Industrial um. Ou seja, é uma Zona Industrial para todas as áreas, para a indústria transformadora, para o comércio, para serviços, para todas as áreas. E, portanto, há aqui uma lógica, e isso é importante também, pois eu penso que o documento, para além das questões que foram levantadas, esta questão da lógica da Zona Industrial, tem de ser bem definida! Tem de ficar definida no próprio documento. Numa futura revisão, isso deverá ser referido. -----

É evidente que hoje estamos aqui para aprovar e em princípio vai ser aprovado, mas estas questões devem ser tidas em conta numa alteração que se faça ao regulamento à posteriori.” -----

Ninguém mais querendo intervir sobre o assunto em debate, o **Presidente da Assembleia** colocou o ponto número três da Ordem de Trabalhos à votação. -----

VOTAÇÃO DO PONTO NÚMERO TRÊS -----

O ponto número três da Ordem de Trabalhos – Projecto de Regulamento da Zona Industrial – 2.ª Fase – foi **aprovado por maioria, com doze votos a favor**, sendo, dez votos do Partido Social Democrata, um voto do Presidente da Junta de Freguesia de Nossa Senhora de Fátima e um voto do Presidente da Junta de Freguesia de São João Baptista, **cinco votos contra**,

sendo três votos do Bloco de Esquerda e dois votos da Coligação Democrática Unitária e, **seis abstenções** vindas do Partido Socialista. -----

Passou-se ao ponto número quatro da Ordem de Trabalhos. -----

PONTO NÚMERO QUATRO -----

“ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO DOS SERVIÇOS MUNICIPAIS E ORGANIGRAMA DO MUNICÍPIO DO ENTRONCAMENTO” -----

Fez uso da palavra o **Presidente da Assembleia**: “Devo dizer que este regulamento se encontra em vigor desde Maio de dois mil e cinco e tem-se revelado, no geral, adequado às necessidades do município. Terá de ser acompanhado pelas organizações para dar resposta às solicitações que se manifestam das mais diversas formas.” -----

Pediu a palavra **Fátima Roldão**: “As alterações propostas neste regulamento, reportam-se basicamente a exigências que derivam da Lei, nomeadamente da Lei número cinquenta e nove de dois mil e oito, que propõe uma simplificação administrativa, com extinção, por exemplo, das secções e chefes de secção e sua assimilação nas actuais divisões. -----

Por outro lado, as alterações reportam-se também à criação da nova divisão de Espaços Verdes e Ambiente, integrada no departamento de Urbanismo e Obras Municipais, destinada à gestão, conservação e manutenção de espaços verdes, o que nos parece pertinente face às preocupações de defesa e preservação do meio ambiente, que deverá ter repercussões cada vez mais visíveis nas políticas municipais. -----

Foram ainda reorganizadas no Departamento de Administração Geral e Finanças, as Divisões de Inovação e Modernização Administrativa e a Divisão de Finanças e Património, devido aos novos procedimentos administrativos e às novas modalidades de gestão contabilista.

Tendo em atenção que estas alterações são perfeitamente justificáveis e concordantes com a Lei, e tendo sido dado, desta vez, o tempo adequado para analisar os documentos e obter as informações e esclarecimentos sobre a matéria, vamos votar favoravelmente.” -----

Solicitou a palavra **Mesquita Domingues**: “Achamos que este documento é bastante complexo e, a análise que nós fazemos é a seguinte: -----

É evidente que hoje em dia as tarefas se tornam mais especializadas e então, neste documento, o que se faz é, dentro de um mesmo departamento, criar depois muitas secções que, neste caso, são designadas por divisões. -----

O que nos parece é que, num município com as dimensões do nosso, do Entroncamento, com a população que tem, achamos que não se justifica este espartilhar de um departamento nas divisões como são feitas. -----

É evidente que isto depois leva a que se nos apresente um mapa de pessoal que para um concelho com dezoito mil habitantes, se proponha, como disse, um mapa de pessoal com quase quatrocentas pessoas. O que nos parece manifestamente exagerado. -----

Aliás, uma das atribuições que compete aos chefes de divisão é proceder de forma objectiva à avaliação de mérito aos seus funcionários. Ora, com esta multiplicação de divisões, parece-nos que, por vezes, o chefe de divisão se vai avaliar a si próprio! Ou lá perto. Portanto, isto levanta-nos sérias reservas.” -----

De seguida, pediu a palavra **António Ferreira**: “Esta questão do organigrama e do regulamento dos serviços, são situações que vêm substituir o Quadro de Pessoal e a estrutura de uma Câmara está em constante evolução. Essa evolução, em termos do número de funcionários nas Câmaras Municipais, hoje também tem muito a ver com as competências que o Governo Central transferiu para as Câmaras Municipais. Agora não me recordo quantos é que são, mas, só nas escolas primárias, a Câmara tem dezenas de funcionários. -----

Para além disso, outras funções foram transferidas do Estado para as Câmaras Municipais, por exemplo, a avaliação do licenciamento dos estabelecimentos, que é muito mais dolorosa actualmente e que necessita de mais pessoal! E portanto, as Câmaras têm de fazer face a essas necessidades. Daí, a Câmara necessitar de mais pessoal. Mas não só! Precisa também de mais instalações para meter esse pessoal e de fazer um esforço suplementar nessa área. -----

O que está aqui neste momento em cima da mesa é para pôr o regulamento em função da legislação que saiu. Concorde, só não concordo com essa legislação.” -----

Pediu a palavra **Isilda Aguincha**: “Peço desculpa se percebi mal, mas ouvi falar em números de pessoal. -----

Eu penso que toda a gente terá noção que, actualmente, o Quadro de Pessoal da Câmara, só pode ter exactamente o pessoal que é necessário, que está em funções e para cujas pessoas são orçadas anualmente a respectiva remuneração. -----

Não vos vou dizer se acho que está gente a mais ou gente a menos, porque a Câmara tem um passado que recebeu e, portanto, tem um conjunto de funcionários ao seu serviço. Tem um Quadro de Pessoal que apenas ajustou agora às necessidades, mas não incrementou de forma alguma, relativamente àquilo que se fazia no passado. -----

No passado, aumentava-se o Quadro de Pessoal para permitir fazer a pirâmide, independentemente de depois, se proverem os lugares ou não. -----

Actualmente, a Lei estabelece que só podem constar no Quadro de Pessoal, pessoas, funcionários, para os quais, depois, é obrigatoriamente inscrito no Orçamento as respectivas rubricas. Isto é, tem de haver dotação financeira, no âmbito do orçamento, para esse pessoal. ---

Portanto, os senhores poderão verificar que não estamos a fazer um aumento exacerbado, ou uma alteração profunda a esse nível, porque a Lei também traz condicionamentos sobre essa matéria e todos nós estamos sujeitos a esses condicionamentos. ---

Relativamente ainda a esta proposta de alteração, há aqui algumas modificações, nomeadamente, a adaptação a realidades actuais. Realidades que têm a ver com a organização e a necessidade de organização dos serviços, também, e que, são essencialmente reflexo do conhecimento da casa e do conhecimento das necessidades de trabalho do Município. -----

E, deixem-me dizer-vos que, a esse nível, congratulo-me com isso, porque, olhar para o que temos e perceber o que nos faz falta, é importante. Ao contrário do que se fez muitas vezes no passado, em que apenas se criava uma estrutura para satisfazer algumas necessidades, mais ou menos questionáveis, sem se conhecer efectivamente aquilo que eram as necessidades do município.” -----

Pediu a palavra **Ferreira Marques**: “Eu gostava de saber se todos os funcionários da Câmara têm funções atribuídas de acordo com o que é expectável. Gostava que me respondessem a esta questão. -----

Uma outra questão, é que estamos fartos de ouvir falar no passado. É como aqueles que andam sempre a falar no fascismo, no comunismo, etc. A conversa é sempre a mesma. É o passado, é o passado. -----

Os membros da Câmara Municipal que no passado foram vereadores, alguma vez se opuseram ao aumento dos quadros efectivos na Câmara? -----

Isto é, se hoje os membros actuais da Câmara, nomeadamente o senhor Presidente, alguma vez se opôs a esse alargamento, ou pareceram-lhe que eram de jeito? Isto é, também se pôs a jeito, para aqueles “favorzinhos” (para bom português...).” -----

Pediu a palavra **Isilda Aguincha**: “Eu só queria dizer-lhe que o senhor Presidente até se pode ter posto a jeito para resolver os problemas das pessoas que cá ficaram para resolver. Nomeadamente, pessoas que andaram seis, sete, oito anos à espera de um lugar de Quadro, com compromissos, com promessas e contra-promessas, e eram muitos. E promessas, meus senhores, lamento dizer-lhes, mas são compromissos. Compromissos de palavra de honra que, condicionaram a vida das pessoas, que estiveram cinco, seis, sete anos a trabalharem para o município, porque tinham um compromisso. Para já não falar em muitos mais, como diz aqui o Dr. Barata ao lado. E que, tinham duas soluções: ou iam para a rua, com os compromissos do passado, ou, num quadro legal, era-lhes permitido acederem a um concurso e entrarem para os Quadros dos serviços. -----

E o senhor sabe tão bem como eu do que estou a falar. Também sabe que, relativamente aos funcionários que poderão estar ou não a exercer as funções para as quais estão providos, em algumas situações, houve pessoas que, para entrarem para uma situação definitiva nos Quadros dos serviços, se sujeitaram, mesmo com habilitações académicas de nível superior e com um percurso de muitos anos dentro desta Câmara, se sujeitaram a candidatar-se a um concurso para funcionários indiferenciados e, com alguma dignidade, assumiram esse concurso para poderem regularizar a sua situação. Como também sabe, é possível depois das pessoas terem regressado aos serviços, por um concurso público normal, ao fim de um período de tempo pedirem a requalificação face às funções que exercem. -----

E foi esse caminho que, alguns desses muitos funcionários, tiveram de cumprir para verem a sua situação profissional regularizada. -----

É uma situação que lamento profundamente, mas congratulo-me por ter sido possível chegar a um ponto em que ficou resolvido um problema de muitos anos.” -----

Pediu a palavra **Mesquita Domingues**: “Lamento ter de fazer esta intervenção. Até parece que o mapa de pessoal vai ser analisado, hoje, pela primeira vez nesta legislatura! -----

Eu recordo que no ano passado, no projecto de orçamento para dois mil e oito, vinha anexo um mapa de pessoal! Portanto, supostamente, os problemas do passado deveriam ter ficado resolvidos todos no ano passado. Ora, este ano, passado um ano, o que nos vem aqui a ser proposto, é que sejam criados quarenta e oito novos postos! Isto do ano passado para este ano! Um acréscimo de quarenta e oito, ou seja, um aumento de quase quinze por cento. O que nos leva a crer que no próximo ano, provavelmente, irão propor mais quinze por cento. -----

Portanto, não vale a pena estar a falar no passado, porque os problemas do passado já foram resolvidos, pelo menos, o ano passado, embora já estejam à frente da Câmara há sete anos.” -----

Interveio **António Ferreira**: “A aceitação de novos funcionários na Câmara Municipal, condicionam a actividade da Câmara durante muitos anos, exceptuando os temporários, todos os outros vão condicionar a actividade da Câmara durante muitos anos, porque a Câmara tem um compromisso em relação aos trabalhadores. -----

Foi aqui levantada a questão de como no passado se tinha votado. No que respeita à Coligação Democrática Unitária, durante muitos anos, votámos contra todos os Quadros de Pessoal e Organigramas. E votávamos contra, porque sabíamos que esses documentos, a maior parte das vezes, não eram respeitados. Havia para aí em alguns sítios, um conjunto de fichas em espera, ou de recados em espera dentro das gavetas, que, há primeira ocasião, entravam. -----

Foi dito aqui e eu aí concordo, muitas vezes a oposição, na altura em que devia assumir o seu papel na oposição, não o fazia convenientemente e devidamente. -----

Agora, em relação aos documentos que estão aqui, eu digo que hoje em dia, as coisas não são as mesmas. Não funcionam da mesma forma, embora, pontualmente, possa haver, ou não, algumas questões a apontar.” -----

Interveio de seguida, **Isilda Aguincha**: “Eu só queria dizer, senhor Engenheiro Mesquita, que, o número de que falou, efectivamente diz que são a prover. Mas o a prover, não quer dizer que se provam.” -----

Solicitou intervir **José Luís**: “Em relação a este assunto, uma das questões que nós sempre alertámos a Câmara, quer esta quer outras Câmaras anteriores, foi que tivessem atenção também ao pessoal operacional. Porque na Câmara, não são necessários só técnicos. -----

São necessários técnicos e administrativos, mas, o pessoal operacional nunca mereceu a atenção dos executivos das Câmaras Municipais. E mais uma vez, eu chamo aqui a atenção, porque esse pessoal faz muita falta para os grandes problemas que a nossa cidade tem. Portanto, devem ter em atenção o pessoal operacional.” -----

Nada mais havendo a debater sobre o assunto em questão, o **Presidente da Assembleia** colocou o ponto número quatro da Ordem de Trabalhos à votação. -----

VOTAÇÃO DO PONTO NÚMERO QUATRO -----

O ponto número quatro da Ordem de Trabalhos – Alteração ao Regulamento dos Serviços Municipais e Organigrama do Município do Entroncamento – foi **aprovado por maioria com dezassete votos a favor**, sendo, dez votos do Partido Social Democrata, três votos do Bloco de Esquerda, dois votos da Coligação Democrática Unitária, um voto do Presidente da Junta de Freguesia de Nossa Senhora de Fátima e um voto do Presidente da Junta de Freguesia de São João Baptista e, **seis abstenções** vindas do Partido Socialista. -----

Entrou-se no ponto número cinco da respectiva Ordem dos Trabalhos. -----

PONTO NÚMERO CINCO -----

“ORÇAMENTO PARA 2009 E GOP 2009 – 2012 E MAPAS DE PESSOAL” -----

Foi dada a palavra a **Mesquita Domingues**: “Sobre este documento queremos referir o seguinte: -----

Mais uma vez estamos perante um orçamento irrealista, já que se baseia em receitas de capital que sabemos não é possível obter. -----

Prevê-se, como vem sendo hábito, a venda de terrenos no valor de seis milhões e quatrocentos mil euros e, financiamento do FEDER no valor de seis milhões setenta e três mil quinhentos e dez euros. -----

Tal como aconteceu em anos anteriores, não é de esperar que se consigam estas verbas em dois mil e nove. -----

Como as receitas correntes apenas cobrem as despesas correntes, para financiar os investimentos, apenas resta à Câmara a já velha e sempre usada receita – recurso ao financiamento bancário – que vai contribuir para um maior endividamento, o qual tem aumentado continuamente. -----

No final de dois mil e nove, pensamos que o endividamento terá atingido um valor que não poderá ser amortizado. A não ser que se aumentem impostos e taxas para valores ainda muito superiores aos já praticados. -----

Verifica-se esta constante necessidade de novos empréstimos, apesar das receitas correntes terem vindo a aumentar a um ritmo muito superior à inflação, devido aos aumentos dos custos de serviços prestados, bem como das taxas cobradas. -----

Encaramos com alguma preocupação a forma como têm estado a ser executadas obras, sem que para as mesmas a Câmara tenha assegurado os respectivos financiamentos. -----

Todos conhecemos a difícil situação económica que o país e o mundo atravessam. Não creio que estejamos a ser pessimistas se dissermos que tememos uma redução até das receitas correntes, o que a verificar-se, virá agravar ainda mais a situação financeira da Câmara. -----

Dois mil e nove é ano de eleições e a Câmara procura investir em obra que faça figura no imediato, em detrimento de outras que, quanto a nós e como os vereadores do Partido Socialista referiram aquando da discussão deste documento na reunião de Câmara, seriam mais necessárias. -----

O Entroncamento precisa sobretudo de investimentos que dinamizem a actividade económica e contribuam para uma melhor qualidade de vida dos cidadãos. -----

Os vereadores do Partido Socialista e do Bloco de Esquerda apresentaram, dando cumprimento ao solicitado pelo senhor Presidente da Câmara na reunião de três de Novembro, propostas de alteração ao Plano de Actividades para dois mil e nove. -----

Não compreendemos porque é que o senhor Presidente da Câmara tenha feito apenas referência a estas propostas de alteração, na reunião de dezassete de Novembro, depois de efectuada a votação. Não seria mais correcto que os esclarecimentos considerados oportunos tivessem sido dados antes da votação? -----

Mais uma vez, é junta à proposta de Orçamento a alteração do Quadro de Pessoal, propondo que este seja aumentado dos actuais trezentos e vinte e cinco elementos, em mais quarenta e oito. Com o que não podemos concordar. -----

Parece-nos que não se justifica. Um município com esta dimensão, não necessita de um Quadro de Pessoal com trezentos e setenta e três elementos, até porque o município não dispõe dos recursos financeiros que lho permitam. -----

Por tudo o que foi dito, iremos votar contra esta proposta de orçamento e grandes opções do plano para dois mil e nove.” -----

De seguida, a palavra foi dada a **Luís Grácio**: “Começa a ser um lugar comum a análise negativa que fazemos dos orçamentos que a maioria do Partido Social Democrata faz aprovar no Executivo Municipal. -----

Vulgarmente os orçamentos apresentam projectos ambiciosos, grande parte dos quais não se concretizam, nomeadamente os que ordinariamente fazem parte dos programas eleitorais, tais como a remodelação do Cineteatro São João, que vai deslizando de orçamento para orçamento, de tal forma que, provavelmente, já nem um milagre lhe pode valer. -----

Como a gestão do património da autarquia é “gerido”, se assim podemos dizer, ao sabor dos caprichos, recentemente a maioria do Partido Social Democrata, neste caso com a concordância do Partido Socialista, decidiu adquirir o desactivado “Estúdio 121”, num pacote que inclui ainda mais quatro lojas anexas, por cerca de duzentos mil euros, sem que tal valor esteja previsto no orçamento de dois mil e oito, ou conste da actual proposta de orçamento para dois mil e nove. -----

Só por este facto, o Orçamento mereceria voto contra. -----

Com tão pouca ocupação dos actuais espaços culturais, veja-se o seu índice de ocupação, que fim se dará ao novo espaço? Qual a sua necessidade? -----

Quanto à Casa da Juventude, agora que o senhor Presidente descobriu que todo “o Entroncamento tem de ser no seu conjunto uma Casa da Juventude”, fica demonstrado que é um projecto banido. Ou seja, não encontrou melhor forma de negar a sua criação do que a fuga em frente. Tudo o que nos rodeia é a Casa da Juventude, e questiona: *«a não ser que tudo o que os jovens necessitam esteja dentro de quatro paredes...»* (fim de citação). De facto, a Casa da Juventude, mais do que quatro paredes, o que deverá ter, são janelas viradas para o futuro, para novos horizontes, novas formas de ver o mundo, de observar a diferença e com ela conviver, criando pontes e laços de convívio e fraternidade. -----

Sem desprezar, bem pelo contrário, valorizando tudo o que no âmbito da criação de infra-estruturas desportivas se criou ou venha a criar, devemos dizer que as necessidades de desenvolvimento harmonioso da juventude, não podem ignorar a criação de um espaço gerido pelos próprios jovens, onde possam gerações sucessivas, passar o testemunho das experiências vivenciadas e fazer o seu caminho, caminhando... -----

Não podemos esquecer as diversas tentativas goradas das associações de jovens, em que a inexistência de um espaço comum – que esteja para ficar – acaba por não permitir dar a necessária continuidade a tantas iniciativas generosas. -----

A bandeira eleitoral do Centro de Convívio da zona sul, essa então, foi liquidada com uma tirada de enciclopédia. Cito: *«aliás, mais nenhum município do país possui no seu património equipamentos congéneres»* (fim de citação). Desconhece-se onde foi o senhor Presidente retirar esta “pérola”, pois uma simples consulta na Internet, proporciona-nos, o conhecimento de dezenas, senão centenas de espaços com este tipo de valências, desde a cidade de Óbidos, a Lavacolhos, passando por Arruda, Sesimbra e muitos outros. De tal forma é extensa a lista que seria fastidioso estar a referi-los exaustivamente. -----

Relativamente à Biblioteca, o que mais se pode concluir, é que após o abandono do anterior projecto (divergiriam do local previsto, por certo), nada mais foi concretizado e, pelo que se pode prognosticar, nada de significativo se irá fazer no próximo ano. -----

Globalmente, o Orçamento Municipal para dois mil e nove, cresce sete vírgula cinco por cento em relação a dois mil e oito, crescendo mais as despesas de capital – nove por cento, do que as despesas correntes – cinco vírgula seis por cento. -----

Mas, para garantir o equilíbrio orçamental, crescem mais as receitas correntes – doze vírgula cinco por cento – do que as receitas de capital – três vírgula seis por cento. -----

Grosso modo, este aumento das receitas radica no previsível aumento de impostos. É o que se pode inferir analisando mais detalhadamente o crescimento de um milhão e quatrocentos mil euros estimado para as receitas correntes. -----

Segundo o orçamento proposto, quase seiscentos mil euros desse aumento deverá resultar de impostos directos, como o IMI e o IMT, para os quais se prevêem crescimentos substanciais. -----

Outra grande fatia do previsível crescimento das receitas (quase oitocentos mil euros) virá, supostamente, do aumento dos impostos indirectos, em especial de loteamentos e obras e de taxas de urbanização. -----

Para garantir ainda o nível das receitas, à semelhança de anos anteriores, volta ainda a prever-se a venda de terrenos em zonas urbanas e na zona industrial, num total superior a seis milhões de euros. -----

Ora, aqui, algumas perguntas se impõem: -----

Qual o fundamento para uma projecção de tamanho crescimento de receitas, num quadro de generalizada paralisação da construção e vendas de habitações? -----

Apesar das isenções que vão acabando, como poderá crescer quinze por cento a receita do IMI, exactamente no ano em que finalmente baixa um pouco a taxa aplicável? -----

Ou a previsão desta receita está largamente inflacionada, ou a taxa do IMI poderia ter baixado mais, como tem defendido o Bloco de Esquerda. -----

E como poderão crescer em mais de trinta por cento as receitas do IMT e em mais de noventa por cento as receitas das taxas de loteamento e obras, quando a situação económica está a piorar? -----

E, porque preços poderão ser vendidos agora os terrenos, das zonas urbanas? -----

Não adianta dizer que foram usados, como factor de comparação, os valores de receitas dos últimos vinte e quatro meses. É que os últimos dois/ três meses, revelaram a maior crise financeira das últimas décadas e a crise económica é inevitável. O quadro económico está a piorar, como todos sabemos. Não é por acaso que o senhor Primeiro Ministro diz-nos que dois mil e nove será o “Cabo das Tormentas”. -----

Não, as receitas previstas neste Orçamento, não são críveis e o orçamento que nos apresentam nada tem de rigoroso e assenta numa ficção. -----

No que se refere às despesas, parecem-nos claras as opções tomadas. Por um lado, adiam-se as intervenções de fundo e protelam-se as opções estratégicas. Por outro lado – as eleições a isso obrigam – “lava-se a cara à cidade”, como diz o povo, substitui-se “pedra velha por pedra nova”, pavimentam-se umas ruas, termina-se empreendimento visível, fazem-se algumas obras, desde que não muito dispendiosas, mesmo que pouco prioritárias ou até desacertadas. -----

A habitação social praticamente desaparece do orçamento. O Parque Radical estava no orçamento deste ano, mas resvala para dois mil e nove. -----

A revisão do PDM, peça essencial no planeamento do concelho, anda há largos anos desaparecida e, pelos vistos, assim irá continuar. -----

Ao Museu Ferroviário são atribuídos setenta e seis mil euros. É pouco, mas, ainda assim, são mais do que os sessenta e cinco mil euros inscritos na proposta do Governo do Partido Socialista para o PIDDAC. -----

Em contrapartida irão gastar-se cerca de trezentos e vinte mil euros numa escola de trânsito que não é, de todo, prioritária, mais a mais no contexto actual. E, apesar da demagogia da pergunta do senhor Presidente, que passo a citar: *«será dispêndio dar educação às crianças? Será que quando abordamos estes assuntos temos bem presentes os números das estatísticas sobre acidentes nas estradas e as respectivas conclusões? Muitos deles apontam para a necessidade de educação, neste domínio, começar na escola.»* (Fim de citação) Pois,

efectivamente, é o que já hoje se pratica. As escolas do ensino básico têm no currículo escolar os projectos de “Educação para o trânsito” e assim, algo que decerto será útil, no actual contexto ficaria muitos furos abaixo numa lista de prioridades correcta. -----

Muito mais haveria a observar, como o desvio da Ribeira de Santa Catarina; a reabilitação do reservatório da Rua Verdades Miranda; uma nova ETAR, que irá resolver os problemas de atravessamento dos esgotos da parte norte para a parte sul da cidade (bem podem continuar à espera os moradores do Casal da Galharda, pois ainda não será em dois mil e nove que verão o assunto resolvido). -----

Por tudo o que aqui afirmamos, no nosso entender, este é pois um documento de equívocos, sem visão de futuro, de opções pelo imediato e, aqui e ali, erradas. -----

Portanto, obviamente, iremos votar contra.” -----

Intervio de seguida, **António Ferreira**: “Um orçamento não é só a questão de um ano. Tem a ver com toda a política que foi definida em termos do mandato, em termos dos últimos anos e até dos últimos mandatos. E essa política está orientada e já vamos ver como é que ela se reflecte. -----

Há alguns pontos positivos na clareza em termos informativos. Há orçamentação por sectores dentro da Câmara, o que é muito positivo para sabermos de onde se gasta o dinheiro. ---

Há, de facto, uma catadupa de investimento neste momento na Câmara que, num ano como o actual, com dificuldades económicas, sempre reavivam um bocado os sectores que estão envolvidos na reconstrução dessas áreas. -----

Não é só a Câmara do Entroncamento! São todas as câmaras. O Governo planeou isso, quando o QREN já tinha arrancado há dois anos, só agora é que está a arrancar. Portanto, a nossa Câmara encontra-se na mesma situação em que se encontram as outras Câmaras. -----

Em relação à questão da dívida, eu discordo do que foi dito ainda há pouco. Temos de ser realista, não podemos ser demagogos em relação a isto. De facto, há uma alteração em termos de estrutura da dívida. Há, como eu já referi em anos anteriores, um esforço de pagamento e de diminuição de dívida. Nós neste momento temos pouco mais de dez milhões de euros e, se formos ver Câmaras como Tomar, por exemplo, tem vinte e nove milhões de euros de dívida, mais não sei quanto em perspectiva. Portanto, a situação é bem pior aí e noutras Câmaras à volta. Aliás, isso reflecte-se também nos prazos de pagamento aos fornecedores. ----

Estes são os pontos que eu acho que são positivos. -----

O pontos que considero negativos e que nos vão levar a votar contra este orçamento são, a questão essencialmente de quem tem pago este esforço. A estrutura em termos das receitas da Câmara, está a incidir muito sobre o IMI, que já aqui foi referido. -----

A nossa posição é que ele deveria baixar mais. Aliás, a nível da Associação de Municípios, também já chegaram a essa conclusão, de que é necessário desagrar essa área às famílias. -----

Por outro lado, a questão da venda de património. Foram vendidos alguns bens que eram estratégicos. Um deles era o terreno na segunda fase do Saldanha. Era um terreno estratégico para um equipamento. Inicialmente estava destinado a escolas, mas podia estar destinado a outras áreas. -----

Portanto, houve e há condições para fazer este tipo de obras que neste momento estão a decorrer, que nós não vamos apontar muito porque são obras que nós já há muito tempo que vínhamos reivindicando. A Coligação Democrática Unitária há muito que vem reivindicando obras nos bairros, obras nas zonas verdes, obras no arranjo das ruas. -----

Mas há outras áreas que não estão satisfeitas. Uma por culpa da Câmara, outras, a Câmara pode imputar a culpa a terceiros, mas são sempre por culpa da Câmara. Por exemplo, as obras referentes às Águas do Centro. Nós aderimos às Águas do Centro e o processo continua em *Stand By*. Foi-nos prometido as obras começarem dentro de um ano, já lá vai quase um mandato e nós continuamos à espera dessas obras. Nós não concordamos e somos muito críticos em relação a isso. -----

Uma outra questão tem a ver com a estrutura das receitas e despesas. A Câmara Municipal do Entroncamento, em comparação com outras Câmaras, tem uma estrutura em que investe pouco. Ou seja, guarda pouco das receitas correntes para investimentos. Dedicar pouco dessas receitas correntes para investimentos. Gasta muito na máquina administrativa, na máquina camarária e depois investe pouco. Podia e devia investir mais nesta área. Aliás, é aí que se vê o grande desempenho das câmaras municipais, aquilo que dedicam, em termos de despesas, ao futuro. -----

É evidente que poderíamos levantar mais algumas questões a obras que não foram feitas, algumas delas referidas em PIDDAC. Podíamos levantar essas questões, mas não estão só dependentes da Câmara Municipal, estão dependentes também dos nossos deputados que não fizeram o seu trabalho e que não nos perguntaram como é que haviam de votar. Não é o caso da Coligação Democrática Unitária, porque eles perguntam-nos. Agora os deputados do Partido Socialista e do Partido Social Democrata, não fizeram o seu trabalho. Acho que, todos nós aqui devíamos puxar as orelhas a esses deputados, porque temos aí projectos que estão em *Stand By*, que não arrancam ou não arrancam com a devida celeridade, porque não temos esse apoio por parte de alguns deputados que nos representam a nível do distrito. -----

Portanto, nós vamos fazer uma declaração de voto e à posteriori enviaremos à Assembleia para ser englobada na acta.” -----

Foi dada a palavra a **Isilda Aguincha**: “Relativamente a este orçamento, depois de ouvir as bancadas, tenho a dizer-vos o seguinte: -----

Obviamente que todos nós gostaríamos que o orçamento e o plano plurianual de investimentos tivesse outra configuração, mas há condicionamentos e, deixem-me que vos diga que, de facto, penso que os senhores vereadores da oposição tiveram a noção disso, quando foram convidados a fazer propostas alternativas à proposta original e também não o fizeram. ----

Como é sabido, foi dado um tempo, considerado razoável ao nível do executivo, aos senhores vereadores da oposição, para que pudessem fazer sugestões face ao documento inicialmente apresentado, sendo que, havendo um orçamento global possível em termos de números, havia, obviamente, condicionamentos do tipo «não fazemos a manutenção do edifício x, para fazermos a construção do edifício y» ou «não damos à colectividade x, para fazer a obra z» porque, obviamente que, quando há um montante possível de verbas a arrecadar e a usar no âmbito do orçamento, tem de se pensar o que é que se despreza para fazer outras coisas. E penso que toda a gente conseguiu perceber a dificuldade que representa fazer essas opções. Isto é, se algumas pessoas não tinham essa noção, tiveram-na muito mais. -----

Não vou fazer grandes considerações a este orçamento. Vou apenas fazer referência a uma coisa que não foi aqui abordada mas que eu acho que tem algum significado, embora também possa ter, da parte de alguns, alguma contestação. -----

O Município teria a possibilidade de contemplar, nesta proposta de orçamento, a inclusão de uma taxa municipal dos direitos de passagem. Não o fez e ainda bem que não o fez, porque, como sabemos, todas as empresas que estão sujeitas a essa taxa, as fazem reflectir sobre o utilizador. Portanto, cada munícipe iria receber nas suas facturas, o respectivo prémio. -----

E, portanto, quando estão sempre a acusar o Município de estar à procura de dinheiro para além daquilo que é desejável, na perspectiva de alguns, aponto, como positiva, esta opção. Porque é uma opção, em primeira instância, para que os munícipes não sejam mais penalizados do que aquilo que infelizmente já são, por razões várias a nível nacional.” -----

Voltou a pedir a palavra **António Ferreira**: “Escapou-me esta questão aqui da sugestão e da participação da oposição na feitura destes documentos que são essenciais para o trabalho autárquico e para o desenvolvimento dos concelhos. É assim: -----

A Lei define essa participação da oposição na feitura destes documentos. A Lei não define muito bem é a participação dos elementos da Assembleia. E eu faço uma sugestão: Que nos próximos anos, nós, que estamos aqui, possamos também ter uma participação nisso e

possamos apresentar sugestões. Sendo tidas em conta, ou não, que possamos fazer essas sugestões.” -----

Mesquita Domingues voltou a pedir a palavra: “A doutora Isilda, por certo, não deve ter reparado nos estratos das actas das reuniões da Câmara sobre este documento. -----

O orçamento foi à reunião de três de Novembro, já para ser aprovado. Foi nessa condição que o documento foi distribuído aos vereadores da oposição. -----

Nessa reunião, foi decidido retirar o documento. A Câmara deliberou por unanimidade retirar este assunto para análise da reunião de dezassete do corrente e, nesta altura, é que foram solicitadas, aos vereadores da oposição, propostas de alteração ao orçamento. -----

E diz na acta de dezassete de Novembro *«Na sequência da deliberação de três de Novembro corrente, foi presente de novo o orçamento, o qual se dá aqui como integralmente reproduzido, agora acompanhado das seguintes sugestões dos vereadores do Partido Socialista e do Bloco de Esquerda respectivamente»*. -----

Portanto, quando se diz aqui, preto no branco, que os vereadores da oposição não deram sugestões, está manifestamente incorrecto. Está na acta de dezassete de Novembro! -----

Não vou ler a proposta apresentada pelo Partido Socialista, mas apenas abordar alguns tópicos, como é o caso da revisão do PDM; construção de uma nova esquadra da polícia; construção de uma nova escola básica dois /três; requalificação do mercado diário; incentivos à rentabilização. -----

Portanto, quando diz que não foram apresentadas propostas, elas estão aqui bem explícitas. E, do Bloco de Esquerda, não vou lê-las, mas aparece um documento bem extenso. –

Ora, quando se diz aqui que as bancadas não apresentaram proposta, isto é profundamente errado e injusto. -----

Mais, eu já fiz referência aqui, que estas propostas, quanto a mim, na reunião de dezassete de Novembro, o senhor Presidente da Câmara, se tinha reparos ou comentários a fazer, devê-los-ia ter feito antes do documento ter sido posto a votação, o que não se verificou. Está expresso na acta que, depois da votação, é que o senhor Presidente fez referência a estas sugestões apresentadas, quer pelo Partido Socialista, quer pelo Bloco de Esquerda. O que a mim me parece uma atitude profundamente anti-democrática e desrespeitadora dos partidos da oposição. -----

É a leitura que eu faço desta forma de agir por parte do senhor Presidente da Câmara.”

Voltou a pedir a palavra **Isilda Aguincha**: “Eu diria que podia ser como sucede na Assembleia da República, não é o caso, mas eu disse que, face a um documento apresentado, não foi possível fazer propostas no sentido de «pomos esta, mas tiramos aquela». -----

Porque o problema mais complicado é quando há coisas que são obrigatórias. Há algumas que têm de ser de qualquer maneira (desculpem-me a expressão). Então, vamos fazer opções a seguir. Vamos ver o que é que se pode tirar, do que está a caminho, daquilo que tem de ser feito obrigatoriamente, ou daquilo que pode ser feito em função de apoios, nomeadamente de alguns programas e do Quadro Comunitário, vamos ver o que é que se tira, para se porem outras coisas. Nomeadamente, das sugestões. E isso, meus senhores, é que não foi feito. -----

É evidente que não me passava pela cabeça dizer uma coisa que eu li, como o senhor leu, que são os documentos que temos na mão, que consta de documentos escritos. Agora, o complicado num orçamento, ou num plano de investimento, é as opções a fazer. E, corrijam-me se estiver enganada, a alteração dessas opções, conforme eu estava a dizer «tira-se daqui para pôr ali», isso, meus senhores, não foi feito.” -----

Interveio de seguida, **Luís Grácio**: “O engenheiro Mesquita já fez referência a algumas questões processuais da forma como este documento foi discutido. -----

De facto, não houve uma auscultação. Houve a apresentação de um documento final, sobre os quais os vereadores da oposição iriam propor alterações. Ora, é completamente diferente do que colaborar na elaboração de um documento. Como é óbvio. E a auscultação,

inclusivamente, anterior à própria apresentação do documento final. São coisas completamente diferentes. -----

Para além de que, os vereadores da oposição não estão em condições, por não acederem directamente aos serviços técnicos. Aliás, hoje, para pedir informação, têm que pedir através do senhor Presidente. Os serviços técnicos não a podem dar directamente aos senhores vereadores. É uma coisa de facto curiosa do funcionamento da autarquia. -----

E portanto, a dificuldade de preparar documentos alternativos, nestas condições, são mais que evidentes, para além de que, mesmo assim, o Bloco de Esquerda apresentou aquilo que considerava mais correcto do ponto de vista da sua visão do orçamento para dois mil e nove.” –

Ninguém mais querendo intervir em relação a este ponto, o **Presidente da Assembleia** colocou o ponto número cinco à votação. -----

VOTAÇÃO DO PONTO NÚMERO CINCO -----

O ponto número cinco da Ordem de Trabalhos – Orçamento para 2009 e GOP 2009 – 2012 e Mapas de Pessoal – foi **aprovado por maioria com doze votos a favor**, sendo dez votos do Partido Social Democrata, um voto do Presidente da Junta de Freguesia de Nossa Senhora de Fátima e um voto do Presidente da Junta de Freguesia de São João Baptista, e, **onze votos contra**, sendo, seis votos do Partido Socialista, três votos do Bloco de Esquerda e dois votos da Coligação Democrática Unitária. -----

A **Coligação Democrática Unitária** apresenta a seguinte declaração de voto que se transcreve: -----

DECLARAÇÃO DE VOTO -----

«Apesar da diminuição da dívida da CME, tendência generalizada nos municípios portugueses e de um desempenho melhor que no tempo da gestão do Partido Socialista, mantemo-nos insistentemente críticos por entendermos que a CDU e o PCP, diferentes, fariam melhor. -----

Assim sendo, destacamos algumas apreciações quanto aos documentos apresentados: -----

Das Grandes Obras que ficam por fazer -----

Os Executivos Camarários, PS e PSD, continuam a gerir o município ao ritmo dos ciclos eleitorais e das “imposições clientelares” do Estado Central, com reflexos desastrosos para o Concelho do Entroncamento. -----

O Entroncamento definha há duas décadas. Passam de ano para ano, de PIDDAC para PIDDAC, de Orçamento para Orçamento os grandes projectos estruturantes do concelho: Circulares, Viaduto (linha de Leste), Esquadra da PSP, alargamento do Centro de Saúde, Biblioteca, Casa da Juventude, Centro de Dia *Intergeracional* da Zona Sul, Saneamento Básico, ETAR, Condutas de Esgotos em Alta, Separação das Águas Residuais e das Águas Pluviais (Plano Estratégico), Saneamento, Regularização dos Caudais da Ribeira de Santa Catarina, Reestruturação da Estação da CP, Museu Nacional Ferroviário (que se arrasta), Parques estacionamento REFER, Recuperação do legado histórico industrial (ferroviário). Sem o empenho do PS, PSD e CDS locais e regionais, todos os anos esta lista alonga-se – os deputados desses partidos não atendem aos apelos das suas estruturas partidárias locais ao contrário do que acontece com os deputados do PCP. -----

Das perspectivas e do que quedou -----

O PSD prometeu-nos uma “cidade em movimento” – uma revolução simbolizada pelo *logótipo* do movimento atómico de Einstein. E muito bem! Move-nos o progresso. Mas, 10 anos depois, 2 mandatos decorridos, resta-nos a locomotiva ferrugenta com muita fumarada à mistura, plasmado num *logótipo* mono-color recentemente adoptado. -----

Do suporte económico e financeiro: IMI, património... -----

O Orçamento e as Grandes Opções do Plano para 2009 assentam no continuado ataque aos rendimentos disponíveis das famílias, no agravamento da carga fiscal, sobretudo em sede de IMI que não pára de subir (limitador do direito à habitação), no aumento das taxas, tarifas e restantes serviços prestados pela câmara aos entroncamentenses... A venda de património ao

desbarato, em tempo de crise – um mau negócio, hipoteca o futuro do concelho, compromete a satisfação das necessidades em espaços destinados a equipamentos e a verde urbano. -----

Da estrutura que urge mudar -----

A estrutura das receitas e despesas correntes e por outro lado das receitas e despesas de capital, assim como, a execução desses *quadrantes* revelam uma tendência crónica da Câmara, nos últimos 20 anos, para gastar o que tem e não tem com a máquina burocrática e investir muito pouco no futuro (que se traduz na baixa taxa de execução de investimentos planeados e elevadas taxas de execução de despesas correntes). Portanto, não acreditamos no pouco investimento “para inglês ver” em vésperas de eleições e criticamos os anos sucessivos de “travessia no deserto”. É nesta área que se vêem as grandiosas diferenças na gestão dos municípios: poupar na despesa corrente para investir em despesa de capital e em Recursos Humanos, estes últimos a maior riqueza das organizações. -----

Das eleições que se avizinham -----

Os “*timings*” escolhidos são os da direita no poder (matizada de cores aberrantes: rosa, laranja...) que em função dos actos eleitorais prometem e distribuem os “restos” sob forma de contratos programas, QREN, Parcerias Público Privadas... sempre a fugir à Lei das Finanças Locais e à Constituição da República. -----

Avisamos, e vamos continuar a martelar, sobre a necessidade da cidade se fazer todos os dias. Sem actividades produtivas no concelho não há sector terciário forte. O maior núcleo populacional do Médio Tejo, Entroncamento, deve liderar o progresso da região e afirmar o seu peso.» -----

Passou-se de imediato ao ponto seis da Ordem de Trabalhos. -----

PONTO NÚMERO SEIS -----

“APRECIACÃO DO SERVIÇO FERROVIÁRIO PRESTADO PELA CP AO CONCELHO DO ENTRONCAMENTO” -----

Fez uso da palavra o **Presidente da Assembleia**: “Este ponto seis, foi um ponto proposto ser incluído pelo Bloco de Esquerda. E, portanto, começo por dar a palavra ao seu Porta-voz.” -----

MOÇÃO -----

“O atraso na modernização da linha ferroviária do norte e a sua saturação estão a ter consequências gravosas para os seus habituais utilizadores, em especial para os passageiros do serviço regional. -----

Estes, em grande parte utilizadores diários em movimentos pendulares, são claramente prejudicados pela elevada prioridade atribuída pela CP aos serviços intercidades e alfas, circulações mais rentáveis e em que a não conformidade com a qualidade exigida é mais penalizadora para o operador ferroviário. -----

Em meados deste ano, Francisco Cardoso dos Reis, presidente da CP, reconheceu numa entrevista, a justeza das reclamações dos passageiros dos comboios regionais, defendendo a quadruplicação da linha ferroviária do Norte como forma de aumentar a oferta de vias disponíveis e resolver os problemas. Na altura, considerou ser esse – e não o TGV – o problema “essencial” das comunicações ferroviárias entre Lisboa e Porto. -----

O serviço ferroviário prestado ao Médio Tejo é ainda marcado por deficientes articulações de horário, nomeadamente entre as circulações matinais provenientes de Abrantes em direcção ao Entroncamento e as que daqui partem para Lisboa. -----

Neste e noutros casos, aos passageiros não resta outra solução que não o recurso à viatura própria, já que também a oferta e articulação dos transportes rodoviários com a ferrovia continuam muito longe de corresponder às necessidades. -----

De todas estas circunstâncias resulta um incompreensível e inaceitável alargamento do tempo de transporte casa-trabalho-casa, penalizando trabalhadores e famílias, e gerando custos de ineficiência não quantificados, mas certamente muito significativos para a economia. -----

*A reconhecida deficiência do serviço regional entre Entroncamento e Lisboa não tem, todavia, impedido um desmesurado aumento de preço das assinaturas mensais dos comboios, sem qualquer correspondência nas taxas de inflação ocorridas. -----
Entre 1 de Fevereiro de 2003 e 1 de Julho deste ano o preço da assinatura mensal Entroncamento – Lisboa passou de €107,21 para €166,5. Um aumento global de 55%, cerca de 11% por ano. -----*

Mas, muitos passageiros passaram ainda a ter de adquirir mais uma assinatura para o transporte ferroviário urbano na chamada “Grande Lisboa”: mais €29. Assim, de facto o transporte ferroviário Entroncamento – Lisboa aumentou cerca de 82%, entre Fevereiro de 2003 e Julho de 2008! -----

Se além disto, considerarmos a multiplicidade de taxas e penalizações introduzidas pela CP no transporte ferroviário – como a chamada “taxa de revalidação”, de muito duvidoso enquadramento legal – apreendemos a real dimensão das dificuldades sentidas pelos passageiros da nossa região, sem melhor recurso para irem trabalhar diariamente na zona da capital. -----

Nestas circunstâncias, a Assembleia Municipal do Entroncamento decide: -----

- Manifestar o seu desagrado pelos pesados aumentos do transporte ferroviário regular, entre Lisboa e o Médio Tejo, ocorridos ao largo dos últimos anos; -----*
- Reafirmar a necessidade de avançar para o passe social no transporte ferroviário entre Lisboa e o Entroncamento, como forma de repor o equilíbrio no preço do transporte; -----*
- Associar-se à defesa da urgente conclusão da modernização da linha ferroviária do norte, avançando com os estudos necessários para a sua quadruplicação, com vista a garantir uma oferta ferroviária de qualidade, à região e ao país. -----*
- Enviar esta Moção ao Presidente da República, ao Primeiro-Ministro, ao Presidente da Assembleia da República, ao Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações (MOPTC), aos Grupos Parlamentares, ao CA da CP, aos órgãos autárquicos da região Lisboa e Vale do Tejo e aos órgãos de comunicação regional e nacional. -----*

Luís Grácio defende a Moção apresentada pela sua bancada: “O atraso na modernização da linha ferroviária do norte e a sua saturação estão a ter consequências gravosas para os seus habituais utilizadores, em especial para os passageiros do serviço regional. Estes são claramente prejudicados pela elevada prioridade atribuída pela CP aos serviços intercity e alfas, circulações mais rentáveis e em que, a verificarem-se casos de “não conformidade” com a qualidade exigida pelo Decreto-Lei número cinquenta e oito barra dois mil e oito, o operador ferroviário é mais penalizado. -----

A reconhecida deficiência do serviço regional entre Entroncamento e Lisboa não tem, todavia, impedido um desmesurado aumento de preço das assinaturas mensais dos comboios, sem qualquer correspondência nas taxas de inflação ocorridas. -----

Estamos solidários com os trabalhadores, vítimas do “assalto” da CP, e temos continuamente reivindicado a criação de um passe social para a ferrovia, até ao Entroncamento. -----

Numa entrevista realizada no verão passado, Francisco Cardoso dos Reis, presidente da CP, reconheceu a justeza das reclamações dos passageiros dos comboios regionais, defendendo ele próprio a quadruplicação da linha ferroviária do Norte, como forma de aumentar a oferta de vias disponíveis e resolver os problemas. Na altura, considerou-se ser esse – e não o TGV – o problema “essencial” das comunicações ferroviárias entre Lisboa e Porto. -----

No entanto, entre um de Fevereiro de dois mil e três e um de Julho deste ano, o preço da assinatura mensal Entroncamento/Lisboa passou de cento e sete vírgula vinte e um para cento e sessenta e seis vírgula cinquenta. Um aumento global de cinquenta e cinco por cento, cerca de onze por cento por ano. Mas, se atendermos a que, este ano, muitos passageiros passaram ainda a ter de adquirir mais uma assinatura para o transporte ferroviário urbano na chamada “Grande Lisboa” – mais vinte e nove euros – de facto o transporte ferroviário Entroncamento – Lisboa

aumentou cerca de oitenta e dois por cento, entre Fevereiro de dois mil e três e Julho de dois mil e oito! Ou seja, mais de dezasseis por cento por ano. -----

Se, além disto, considerarmos a multiplicidade de taxas introduzidas pela CP no transporte ferroviário, apreendemos a real dimensão do verdadeiro assalto montado pela CP com a complacência do governo à bolsa dos passageiros, sem melhor recurso para irem trabalhar todos os dias. -----

Quando são exigidos tantos sacrifícios aos portugueses, particularmente aos trabalhadores, com o fundamento do equilíbrio das contas públicas, do combate ao deficit público e se disponibilizam generosamente biliões de euros para acudir aos banqueiros, somos obrigados a questionar o porquê desta injustiça para com aqueles que verdadeiramente são as vítimas de todas as crises, os trabalhadores e suas famílias. -----

Reafirmamos a necessidade de avançar para o passe social no transporte ferroviário entre o Entroncamento e Lisboa, como forma de repor o equilíbrio no preço do transporte. Esta proposta já foi apresentada pelo Bloco de Esquerda na Assembleia da República, tendo sido rejeitada pelo Partido Socialista. -----

Mantém-se porém, como um imperativo de justiça social. -----

Defendemos também a urgente conclusão da modernização da linha ferroviária do norte, avançando com os estudos necessários para a sua quadruplicação, para garantir uma futura oferta ferroviária de qualidade, à cidade e à região. -----

Apresentamos esta Moção porque consideramos profundamente injusto o que se está a verificar, no tratamento que é dado aos nossos municípios e não só. Toda a região do Vale do Tejo é abrangida por este drama desta má política de tarifário que a CP, com a complacência do Governo, está a praticar. -----

Isto só seria possível colmatar, de facto, com a proposta que nós temos vindo a fazer, que é alargar o passe social até ao Entroncamento. Muitas famílias com dificuldades gastam uma exorbitância, mensalmente, para poderem ir trabalhar. -----

Esta situação é inoportável e deveria ser rectificad.”-----

Foi dada a palavra a **António Ferreira**: “Eu acho que o Bloco de Esquerda, mais uma vez, estraga uma moção que poderia ser excelente e apresenta aqui uma questão desgarrada que não faz sentido. Porque o Partido Comunista Português na Assembleia da República, já votou favoravelmente. Teve de se meter ao lado do Bloco de Esquerda, sem fazer sentido! Vamos fazer a mesma coisa aqui! Que é a questão do passe social. O passe social tem a ver com uma filosofia da área metropolitana de Lisboa. Só se o Bloco de Esquerda entende que a área metropolitana de Lisboa deve vir até ao Entroncamento! Eu não tenho nada contra. -----

Em tudo o resto estamos de acordo. Tirando também aquela questão que foi levantada da quadruplicação da via, que é desnecessária. -----

Passo a apresentar algumas questões de pessoas que estão bem informadas e que me fizeram o favor de fazer chegar essa informação: -----

Há vinte anos, o trajecto dos regionais Entroncamento / Lisboa demorava uma hora e quinze minutos. Neste momento, esse mesmo trajecto de uma hora e quinze minutos, demora uma hora e trinta e cinco minutos, quando às vezes, de manhã, não demora mais. Muitas vezes superior a uma hora e quarenta minutos. E isto deve-se a quê? Deve-se àquilo que já foi referido aqui – dos Alfas e a prioridade aos Alfas; da prioridade aos intercidades, mas não só, da prioridade aos interurbanos. -----

Portanto, os canais disponíveis para este tipo de transporte ficam limitados. Por exemplo: os inter-regionais têm que parar em média uma vez no percurso até Lisboa, para deixar passar outro comboio. Os regionais têm de parar até Lisboa, em média, duas vezes, para passarem outros comboios, os tais Alfas e intercidades, muitos deles que deixaram de parar no Entroncamento. Esta situação agravou-se sobretudo a esse nível. -----

Agora como é que isto pode ser alterado? Isto pode ser alterado numa situação que ainda se complicou cada vez mais, que é a reestruturação da Linha do Norte, com o aumento da

velocidade. Nós sabemos que uma parte da Linha, ali junto a Santarém e noutros lados, ainda não foi intervencionada! Ou seja, faz-se diminuição de velocidade por razões técnicas, porque aquilo não suporta grandes velocidades, não só nos regionais e inter-regionais, mas também nos intercidades e nos Alfa. E, por outro lado, a chamada modernização do material. -----

As UTEs que têm mais de trinta anos são capazes de andar a cento e quarenta à hora. Agora com esta modernização que foi feita, foi-lhes tirada potência e passaram a andar a cento e vinte quilómetros por hora. Esta diferença entre os cento e vinte e os cento e quarenta era o suficiente para aumentar a capacidade dos canais. Ou seja, era suficiente para haver mais comboios em circulação e para que esta situação não se verificasse. Bastava aumentar a velocidade destes regionais e inter-regionais, para se poder meter mais canais e mais comboios a circular. -----

Para além disto, a qualidade do serviço nestas UTEs, que são aqueles comboios que nós utilizamos muito na zona, deterioraram-se, com bancos apertados, bancos duros e dificuldades de outras ordens. Para não falarmos de outras questões que têm a ver com o aumento dos preços (que nós já vimos aqui). -----

A última medida que o Governo tomou, foi aquela questão de repartir as áreas de negócio. E o que é que isto significa? Significa, por exemplo, que alguém que vá todos os dias do Entroncamento para a Amadora, anteriormente pagava cento e setenta e nove euros, neste momento paga cento e sessenta e cinco euros até ao Oriente e paga mais trinta e cinco euros do Oriente para a Amadora. Ou seja, viu o preço do seu passe aumentar em vinte e um euros de um momento para o outro. Para não falarmos de outras situações ainda mais grave, como é o caso daquele que vai daqui até Braço de Prata, paga até ao Oriente e depois paga um balúrdio do Oriente a Braço de Prata. -----

Portanto, isto é inaceitável em termos dos utilizadores, dos utentes deste tipo de serviços. -----

Nós estamos de acordo com a Moção. Mas repetimos, esta questão do passe social até ao Entroncamento, tem a ver com uma filosofia da área metropolitana de Lisboa. -----

Em relação ao passe social, nós votaremos favoravelmente. Mas isto não nos leva a lado nenhum. Mas chamamos a atenção para o facto de que é necessário, não só para o Entroncamento mas para toda a região e para todo o país, que os transportes públicos deste tipo se tornem mais baratos, para haver poupanças e para haver efeitos em termos ambientais! Para isto é indispensável haver transportes de melhor qualidade, transportes mais eficientes e mais baratos para as pessoas deixarem de utilizar os seus carros. -----

Esta luta começada aqui, não vai a lado nenhum se os outros concelhos aqui à volta não se colocarem do nosso lado. Isto é problema não só do Entroncamento, mas um problema regional.” -----

De seguida, foi dada a palavra a **Ferreira Marques**: “Nós acabámos de votar, no início desta sessão, os membros que irão integrar a Comunidade Intermunicipal e penso que, através desse instrumento, através dessa organização, as pessoas que vão integrar aquela Assembleia, poderão de facto aí trabalhar no sentido de ir ao encontro de algumas soluções que satisfação o problema que está a ser colocado. -----

Na verdade, o Partido Socialista reconhece que, há muitos anos, demorava-se quatro horas para cada lado. Eu próprio passei por isso. Foram sucedendo os Governos, foram-se fazendo uns enxertos aqui, ali e acolá e a situação, a partir de certa altura, melhorou. Com as novas exigências, os novos problemas, as carestias de vida, etc., etc., há de facto muita gente a deslocar-se e ir trabalhar para lá para baixo, onde, apesar de tudo, ainda há emprego. E, de facto, os custos no transporte público estão excessivamente caros. Tem estado a encarecer de uma forma desmedida e isso cria, de facto, muitas dificuldades nas pessoas. -----

Não sei como é que isso se resolve. Se é as pessoas virem para a rua fazer uma manifestação (eu também lá estarei se for necessário), mas é de facto um problema que sobrecarrega muito o orçamento familiar a quem trabalha lá para baixo. -----

Nós não somos cegos, não estamos a dizer que tudo o que o Governo faz é bem feito, nem que tudo é justo. Não, se acharmos que não está correcto, devemos criticar publicamente também esses actos. Eu, muitas vezes faço-o internamente e, quando acho que o devo fazer em público, também dou a minha opinião. Neste caso concreto, e falo em nome pessoal, sei que a situação é gravosa, é complicada e que é imperioso fazer alguma coisa para alterar e corrigir o que está a acontecer. -----

Nós vamos votar a favor do documento.” -----

Rosa Pedro pediu a palavra: “Sobre o que vem aqui endereçado neste documento, e começando pela questão do serviço alfa pendular e intercidades (obviamente que eu não estou aqui mandatado pelo engenheiro Cardoso dos Reis), mas, neste momento, é um serviço, digamos, que tem alguma atenção por parte da CP e porque é um serviço que tem uma enorme procura e continua a ter, e neste momento, muitas vezes aos fins-de-semana, com material que há disponível, muitas pessoas ficam na gare em Coimbra, Santa Apolónia, ou em Campanhã, porque os comboios esgotam. -----

Penso que é desejável e de salutar que as pessoas, mercê da conjuntura, adquiram hábitos e se queiram continuar a deslocar de comboio. -----

De qualquer forma, a questão que está aqui de fundo é o problema do regional e efectivamente, nos últimos anos, com as aquisições de material que vão sendo feitas, o regional é hoje, digamos, aquela área de serviço que tem o material mais antigo e o parque mais diversificado. -----

Ao que se sabe, neste momento, já estarão, em termos até de concursos públicos internacionais, para a aquisição de novo material circulante que vem preencher esta lacuna do regional, mas isto demora o seu tempo. São processos que demoram, se calhar, um mínimo de três a cinco anos. Como tal, vai ter de se viver durante algum tempo ainda, com estas limitações técnicas. Quer no material, quer ao nível das limitações da própria via, nomeadamente o troço entre Entroncamento e Santarém, como já foi focado. -----

Este serviço do regional, quer a partir do Entroncamento, ou porque não a partir de Tomar ou Abrantes, para Lisboa, mercê das organizações de operadores da regional e das áreas metropolitanas, mas, a partir destas zonas de Entroncamento Tomar e eventualmente Abrantes, em certa altura, ele acaba por se sobrepor como um serviço suburbano e, como tal, nas actuais condições e enquanto não houver hipótese, do novo material circulante e das alterações e melhoramentos que ainda falta de infra-estrutura, ele deveria ser um complementar ao serviço suburbano. Por isso, se calhar, neste momento, uma das alternativas seria mesmo a questão do passe social, porque o resto só a seu tempo é que poderá dar os seus resultados. Ao nível do tarifário, algo se deveria fazer nesse sentido, porque, são preços para quem tem de se deslocar, que trazem muitos problemas à vida das pessoas na conjuntura em que estamos actualmente. ----

Já agora, um pormenor que foi aqui focado pelo senhor deputado António Ferreira. Os tais bancos, incómodos e estreitos e tudo isso, são bancos tipificados. Aquilo é um banco que está aprovado, próprio de suburbano. Porque, em certa altura, considerou-se a hipótese de parte deste material ser afecto a suburbanos, mas foram contingências de um processo. -----

De qualquer forma, este material, que parte dele foi configurado para suburbano e até a questão da velocidade dos cento e vinte quilómetros horas, acabou-se por fazer de tráfego regional, com comboios entre Lisboa e Castelo Branco, Coimbra, Entroncamento, com uma configuração que foi na altura, inicialmente, para tráfego suburbano. -----

É claro que este problema, estas questões de natureza técnica do material, diversidade do material e problemas de infra-estrutura, só se irão resolver a prazo. E por isso é que eu penso que neste momento, este serviço, nesta zona, desta região para Lisboa, deveria ser encarado como um complemento ao serviço suburbano. E, como tal, o aspecto tarifário deveria ser visto nesta perspectiva. -----

Eu penso que é de aprovar esta Moção.” -----

Luís Grácio pediu a palavra: “A bancada do Bloco de Esquerda apraz registar a disponibilidade do deputado Ferreira Marques, para se manifestar. -----

Há pouco estava a retirar essa oportunidade aos professores, mas agora está disponível para isso. Nós registamos com apreço a sua disponibilidade e referir também que nós temos consciência que este problema é um problema regional, não é um problema do Entroncamento e é por esse motivo também que deve ser transmitido aqui que foi aprovada uma moção semelhante a esta na Assembleia Municipal de Vila Nova da Barquinha.” -----

VOTAÇÃO DA MOÇÃO APRESENTADA NO PONTO NÚMERO SEIS -----

A **Moção** anexa ao ponto seis da Ordem de Trabalhos – Apreciação do Serviço Ferroviário prestado pela CP ao Concelho do Entroncamento – foi **aprovada por unanimidade** com **vinte e três votos**, sendo, dez votos do Partido Social Democrata, seis votos do Partido Socialista, três votos do Bloco de Esquerda, dois votos da Coligação Democrática Unitária, um voto do Presidente da Junta de Freguesia de Nossa Senhora de Fátima e um voto da Presidente da Junta de Freguesia de São João Baptista. -----

Entrou-se no ponto sete da Ordem de Trabalhos. -----

PONTO NÚMERO SETE -----

“APRECIACÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, ACERCA DA ACTIVIDADE DO MUNICÍPIO” -----

Pediu a palavra **José Luís**: “Sobre a informação do senhor Presidente, apenas queria realçar a questão do benefício do Cartão Municipal do Idoso. -----

Isto é positivo, mas pensamos também que a Câmara tem de se debruçar mais sobre as questões sociais em geral e investir mais no apoio social. Não chega só estes benefícios aos idosos, pois a crise não atinge só os idosos e a Câmara nunca considerou esta questão prioritária num Entroncamento com muitas necessidades, com muitas pessoas com dificuldades. -----

A Câmara deve reflectir nesta questão, bem como na questão dos impostos, derivado à grande crise que atravessamos e às dificuldades que as famílias sentem, a Câmara deve pensar e não aumentar mais os impostos, pois a população não aguenta mais. A crise está em todo o lado e atinge também as autarquias e temos que ver esta questão do apoio social a pessoas muito necessitadas. -----

Por outro lado, deve ser feito um esforço para que a Câmara não gaste dinheiro em coisas que são consideradas supérfluas. A iluminação do Natal este ano, por exemplo, podia ter sido diferente e ter-se gasto menos. E isto é apenas um exemplo, eu poderia dar aqui muitos outros exemplos de gastos supérfluos. A Câmara deve ter muito cuidado com os gastos supérfluos em tempo de crise.” -----

De seguida, pediu a palavra **António Ferreira**. “Quanto discutimos o orçamento, eu tenho sempre o hábito de ir ver qual é a situação da Câmara e muitas vezes os vereadores na Câmara, não têm essa disponibilidade que nós temos e esse benefício que nós temos. É assim: --

Quando o orçamento vem aqui, já temos dados sobre a maior parte do ano, já temos dados até Setembro, inclusive. E portanto, regozijo-me com isto, de facto a dívida conseguiu-se controlar. Há aqui umas alterações em termos de dívida e da estrutura da dívida e eu só perguntava ao senhor Presidente se de facto é aquilo que eu estou a pensar. Em termos de dívidas a fornecedores de conta corrente, houve um aumento para o dobro. Eu penso que é já em função das obras que estão aí, que vão ser financiadas pelo QREN, algumas delas, e que é necessário avançar. Há já algum resultado em termos de facturação? -----

Regozijo-me com isto, pelo facto de que a dívida diminuiu. Houve um esforço em termos de diminuição desta dívida. -----

Estou preocupado é com os impostos indirectos, em que só foram cobrados dezoito vírgula oitenta e três por cento até ao momento. -----

Estou preocupado com algumas taxas de urbanização que reflectem a situação económica do concelho. -----

E estou de acordo com aquilo que foi dito ainda há pouco, de facto, houve um aumento em relação ao ano anterior de vinte por cento na colecta do IMI. O que mais uma vez, e foi isso que nos levou a votar contra o orçamento, dizemos que é um esforço muito grande sobre as famílias e sobre um direito que elas têm, que é o direito à habitação. Esse esforço permitiu diminuir a dívida, mas à custa de sacrifícios enormes da população.” -----

Atendendo a que mais ninguém quis intervir, o **Presidente da Assembleia** deu a palavra ao Presidente da Câmara que abordou algumas das questões aqui colocadas. -----

Esclareceu o **Presidente da Câmara**: “Quanto às vivendas dentro dos lotes que aqui foi falado, devo dizer que o que se está a falar é de uma casa para o guarda. Estamos a falar de dez por cento sobre a área de construção. Os nossos lotes têm todos, sensivelmente, setecentos ou oitocentos metros de área de construção e, portanto, estamos a falar de setenta metros. Estamos a falar de um guarda. Se calhar a conjuntura a isso obriga. Na altura foi levantado esse problema na Câmara, fui tentar saber junto dos serviços qual é que era a ideia e, portanto, é de facto para um guarda. O que não quer dizer que não seja o dono a guardar a fábrica. -----

Quanto ao Centro de Convívio, quero dizer que há é Centros de Dia, não há Centros de Convívio. De qualquer maneira, é uma opção da Câmara fazer e dada a rede de transportes que temos, entendemos por bem que devemos tratar do Centro de Convívio que temos, dar-lhe dignidade neste momento, porque foi perdendo a pouco e pouco. Não quer dizer que na altura não tivesse sido bem feito. -----

Portanto, não há necessidade de termos dois equipamentos, até porque senão, amanhã estamos outra vez aqui a falar de pessoal. Estas coisas às vezes também me incomodam, as pessoas não conseguirem separar as duas coisas. -----

Também foi dito aqui que se está a lavar a cara à cidade. Já respondi na Câmara e respondo aqui também. Tudo o que estou a lavar, e sinto-me lisonjeado por isso, foi aprovado por unanimidade desta Câmara. Esta Câmara aprovou por unanimidade. Toda a gente entendia por bem que se devia lavar. Uns, se calhar, têm outras opções, mas estas foram aprovadas aqui nesta Câmara por unanimidade. Obras que foram lançadas em Dezembro do ano passado, dois mil e sete e em Janeiro de dois mil e oito. Portanto, com uma candidatura que já fizemos e com ordens de que o QREN estava aí! Portanto, já tinha começado em Janeiro de dois mil e sete, vamos em dois anos e ainda não há nenhuma candidatura aprovada e as obras estão a decorrer neste momento. -----

São opções, a Escola de Trânsito, a Casa da Juventude. A Escola é de facto um dispêndio, a Casa da Juventude já não é, já é uma prioridade. Uma prioridade para um espaço para vir a ser gerido pelos próprios jovens. Pois, está bem, será assim, eventualmente é, mas não me revejo nisso neste momento e entendo que há outras prioridades. Estou muito mais de acordo com uma escola, pelo que desempenha, do que de facto com um espaço para a juventude. -----

Quanto à ampliação do Centro de Saúde, nós assinámos há três anos. Continuamos totalmente disponíveis, mas neste momento o contexto é um pouco diferente, porque há três anos atrás, quando foi assinado, o contexto em termos autárquicos era outra coisa. Portanto, se nos tivessem dito a tempo e horas, teríamos tratado do projecto dos arruamentos que a Câmara se comprometeu fazer, para virem a ser candidatados. Pois não há hipótese nenhuma de que a Câmara vá fazer os arruamentos e que não venha a candidatar-se seja onde for. -----

Foi feita uma carta para a Administração Regional de Saúde para a nova administração que lá estava, já depois do Doutor Afoito se ter ido embora. Ponham o terreno em nosso nome, que nós queremos começar. Eu disse: «nada disso meus senhores, venham ao Entroncamento, apresentem-nos o projecto, porque não damos o terreno sem ver o projecto!». -----

Estas coisas não são assim! Mais, quando disponibilizarmos o terreno, este é para aquele fim e só para aquele fim. Não é propriedade plena para o Estado fazer de hoje para amanhã, quando quiser fechar isto, fazer ali qualquer coisa, vender e fazer o que lhe apetecer. Nós, para fazermos uma rotunda, na chamada “curva da morte” lá em cima ao pé dos Quartéis,

tivemos de pagar oitocentos contos ao Estado (ainda foi em contos) e estamos há um ano à espera que o Estado resolva. Nós já dissemos que concordamos, vamos pagar de facto ao Ministério da Defesa, mas ainda não foi posto à nossa disposição. -----

Portanto, é importante o aumento do Centro de Saúde, é importante vermos o projecto. Isto é o mínimo! É uma regra elementar! A EMEF vai fazer uma fábrica no Entroncamento, já esteve aqui a apresentar-nos a nova fábrica! Em tempo oportuno falaremos nisso, quando entrar oficialmente na Câmara. Mas eles tiveram esse cuidado. Agora em relação ao Centro de Saúde, não foi nada apresentado à Câmara e, portanto, mandei a minha secretária fazer um e-mail para a Administração Regional de Saúde para que venha ao Entroncamento apresentar o projecto, para que seja apresentado aos técnicos, para que se veja a calendarização. -----

Portanto, é só isto que se passa em relação ao Centro de Saúde. -----

Quanto às casas pré-fabricadas, como o senhor compreende, têm estado a ser deitadas abaixo a pouco e pouco. Quando fizermos uma intervenção, vamos arranjar um particular, uma empresa, que depois vá lá levar todo aquele lixo. Só são deitadas abaixo para não serem vandalizadas, mas não há hipótese, neste momento, de chamarmos uma empresa para andar de quintal a quintal para levar aquele material para um depósito, conforme a Lei confere. -----

Em relação ao pessoal operacional, que o senhor manifesta estar muito preocupado, eu também estou muito preocupado com o pessoal operacional e só por isso é que temos criado outro tipo de condições ao pessoal, que não tinha quando eu cá cheguei. Desde viaturas, vestuário, condições de segurança. -----

O ano passado fui até criticado porque o pessoal da recolha dos resíduos sólidos trabalharam dia vinte e quatro, quando todos estavam a descansar, e este ano vão trabalhar dia vinte e quatro, dia vinte e seis, vinte sete e as outras pessoas, têm tolerância de ponto. Eu entendi por bem juntar-me a eles e fazer um almoço para lhes agradecer isso. Depois até fui criticado por alguns colegas deles, mas são opções e eu não esqueço o pessoal operacional de certeza absoluta, porque sei que quando nós estamos em casa descansados, por exemplo, estão muitos deles a tratar das roturas. -----

Portanto, eu não me esqueço dessa gente. E quero dizer-lhes que, são importantes para mim. -----

Também foi falado aqui em terrenos estratégicos, no terreno que tínhamos junto à A23. Com esse dinheiro, eu assumi aqui, ficava consignado um investimento e, não temos esse terreno estratégico, mas temos outro. Temos o campo de jogos que é para equipamento escolar. Lá está um terreno alternativo. Portanto, está no Bairro Camões um terreno alternativo que toda a gente aponta que aquele terreno fosse uma escola e muito bem. Eu agora acho que deve ser naquele, conforme prevê o PDM. -----

Quanto às Águas do Centro, às vezes as pessoas não percebem, mas também não conhecem tudo. Quando eu vim à reunião de Câmara, até os próprios vereadores não se tinham apercebido dessas coisas, que o senhor Ministro, só dia sete de Novembro, é que assinou a integração do Entroncamento. Só foi publicado no dia sete de Novembro a integração do Entroncamento, de Mação, Barquinha e Sardoal. Portanto, esta semana esteve no meu gabinete o Presidente das Águas do Centro e, vamos ver como é que as coisas vão ser resolvidas a todo o momento. Estavam era num impasse. -----

Eu disse o ano passado ou há dois anos, quando nós estávamos aqui a discutir a adesão às Águas do Centro, estava o senhor Primeiro Ministro, engenheiro Sócrates, a convidar-me para eu ir a Espinho para tratarmos das águas em baixa. Portanto, são processos morosos. O senhor Ministro só demorou dois anos a despachar. Só agora o senhor Ministro assinou a adesão do Entroncamento às Águas do Centro. -----

Há pouco também perguntou sobre a dívida corrente, se tinha aumentado para o dobro ou não. A corrente não, o senhor devia estar a falar, eventualmente, na dívida de capital, que estão aqui facturas que entraram, que estão para ser vistas e lançadas. -----

Em relação aos benefícios do Cartão do Idoso, quero dizer que vão surgir novidade. Mas também quero dizer aqui que, amanhã vamos ter que ter mais uma assistente social, pois só temos uma. Quando eu cheguei, não tínhamos nenhuma na Câmara, neste momento temos uma assistente social. Eu admito perfeitamente que o Governo queira mandar para as Câmaras escolas, ensino, saúde e acção social, mas dêem-nos meios! Eu compreendo, estou muito preocupado e vou intervir. Os senhores leram no relatório que muitas pessoas já ficaram isentas do pagamento da água e tudo, mas são coisas que a Câmara está a fazer porque, para mim, o social é uma prioridade. Portanto, ando muito preocupado com essas coisas. Ainda ontem estive aqui com os empregados desta obra em frente, que estavam todos em greve, pois não recebem há dois meses! Eu estive ali, fui-me solidarizar com eles. E, se calhar, lá estarei amanhã a oferecer-lhes um cabaz de natal. Porque eles têm direito, já não recebem há dois meses, não recebem subsídio de natal. Isto não tem nada a ver com a Câmara, mas eu estive ali com eles. O dono da empresa esteve na Câmara, mas nem falou com eles! E nós não devemos nada à empresa. -----

Portanto, eu estou muito preocupado com o social e também com os nossos comerciantes. -----

Na opinião do senhor José Luís, eu admito perfeitamente que a iluminação do natal seja para si um gasto supérfluo, mas eu acho que é um dever que nós temos para apoiar o comércio local. Acho que é um dever e, enquanto eu achar isso, no que a Lei me confere, continuarei a fazer a mesma coisa. -----

Incomodou-me de facto, quando se fala aqui, por parte do Partido Socialista, em “negociatas estranhas” como no passado na Zona Industrial. Não há negociatas nenhuma. Há aqui um Regulamento, tem prazos, tem de se cumprir tudo. -----

Que esta Câmara tem o poder discricionário! Não tem nada. Estão aqui sete pessoas para decidir! Se decidem bem ou mal, serão julgadas por isso, mas, o que não há dúvida nenhuma, é que não há aqui negociatas. Fico completamente incomodado com certas atitudes que foram aqui faladas. Não é transparente ir a uma hasta pública! Bom, se não é transparente ir a uma hasta pública, se as pessoas fazem as candidaturas, põe-se o lote à venda, vai a hasta pública e as pessoas acham que isso não é transparente! Mais transparente que uma hasta pública, eu não conheço. -----

Foi aqui falado no concelho do Entroncamento com dezoito mil habitantes. Todas as estatísticas do Entroncamento aumentam, é um dos três municípios do distrito de Santarém que aumenta a população, é o único do distrito que aumenta a população escolar e depois chegamos à Assembleia Municipal e baixam-lhe o número de pessoas do Entroncamento, baixa para dezoito mil. E consegue-se empolar logo a seguir, para quatrocentos funcionários. -----

Isto não tem nenhuma razão de ser, não é bonito. Estes números devem ser devidamente escarpelizados para não se mandarem estas atoardas. Já somos todos crescidos, trabalhamos muito sobre estes números e custa-nos. As pessoas quando estão nas suas profissões, se calhar, são um bocadinho mais rectas e mais competentes, quando chegam aqui, por vezes, perdem a lucidez, só porque estão na política. E isto foi assumido aqui hoje. -----

Quero dizer que não temos quatrocentos funcionários. Quero também dizer que não é verdade que a Câmara vá meter mais quarenta funcionários; nem o Quadro prevê mais quarenta funcionários. Prevê sim, regularizar a situação dos que já cá estão. E isso, nós fazemos. Nós não somos como a tropa. A tropa é que, ao fim de seis anos, manda-os embora, para o centro de emprego e, depois, a Câmara que os meta, porque as pessoas vão para o desemprego. Porque eles têm esse direito! Aqui não. Aqui, as pessoas que cá estão e que servem, ficam aqui a trabalhar. É a vida de cada um. -----

Portanto, quero dizer que é falso, pois não aumenta quarenta pessoas em relação ao Quadro anterior. É de facto um contrato por tempo indeterminado, é totalmente diferente e é bom que as pessoas percebam. -----

Quero dizer também que, este Quadro de Pessoal que veio aqui, este organigrama, é uma Lei de dois mil e oito. O Governo mandou a onze de Setembro e estamos a cumprir escrupulosamente. É a Lei cinquenta e nove de dois mil e oito. Não é nada do ano passado. Este ano é o primeiro ano que isto é obrigado a acompanhar e eu não tenho nada contra isso. Foi aprovado na Assembleia da República e nós cumprimos. Só isso, mais nada. -----

Também notei aqui alguma confusão de que não deve haver divisões. Bom, está bem, se calhar amanhã temos umas oficinas na CP, ou na escola e ninguém manda, não há ninguém que coordene grupos, não há nada; é um amontoado e depois logo se vê o que se há-de resolver. Eu penso que não é assim e, desde que cheguei à Câmara procurei meter técnicos, não descurando os funcionários (pessoal braçal), mas ter técnicos para que eles nos fundamentem para nós tomarmos as decisões correctas. Eu entendo que é assim. -----

Quanto à pergunta se todos os funcionários estão a desempenhar os conteúdos funcionais, eu direi que sim, excepto alguns, que estão naquelas doenças prolongadas que, o engenheiro Sócrates quando chegou, dizia que ia alterar isso tudo. Foi de facto uma expectativa minha. Acredito que de hoje para amanhã consiga fazer alguma coisa nisso e acabar com as baixas mais ou menos prolongadas. -----

Há funcionários da Câmara que ainda não trabalharam desde que eu sou Presidente de Câmara. Quero afirmá-lo aqui aos senhores. Desculpem, mas tenho de o dizer assim, porque há pessoas que não têm essa noção. Há funcionários da Câmara, que nunca trabalharam senão à base de baixas desde que eu sou Presidente da Câmara. Façam uma análise dos outros que há por aí também. -----

Portanto, todos estão a desempenhar as suas funções, excepto alguns que, vêm esporadicamente à Câmara e a quem não podemos estar a entregar serviço de relevo, porque, há quatro anos para cá, começaram a estar muito mais doentes, muito mais acompanhamentos à família, muito mais doentes e, isto dá cabo de qualquer estrutura, como compreendem. Quando o senhor engenheiro falou, eu percebi tudo o que o senhor queria dizer. Eu já cá ando há uns anos e não entra a duzentos e sai a quatrocentos, fica cá. Percebi o que é que o senhor queria dizer e por isso é que lhe estou a explicar. -----

Em relação ao orçamento, foi aqui falado que o documento foi entregue para ser votado. Mas não foi entregue para ser votado. O Presidente agendou, entregou às pessoas e foi-me pedido pelos meus vereadores, já no mandato passado e este ano também, não dois dias, mas pelo menos oito dias para as pessoas analisarem o documento. Fiz um trabalho, andei a trabalhar semanas com os serviços, apresento um documento de trabalho, que em termos informáticos, é fácil, que não demora nada a alterar, só tem de haver é propostas, como dizia a doutora Isilda, é preciso apresentarmos alternativas. -----

Eu disse isso aos senhores vereadores e, o único que fez isso, foi o vereador do Bloco de Esquerda. Disse, nós não queremos a escola de trânsito, queremos a casa da juventude. Foi o único que fez aqui uma proposta. Mas já não havia nada a fazer sobre essa matéria. Os outros não apresentaram alternativas. Isto é como o nosso orçamento familiar. Nós tínhamos um orçamento de vinte e seis milhões oitocentos e cinquenta e quatro mil trezentos e noventa e dois euros e este é o orçamento, rigoroso. A partir daí, se querem tirar de um lado, tem de se pôr noutro. É uma questão de opção política. -----

Também foi aqui dito que o Presidente se devia ter justificado antes. Pelo amor de Deus, os vereadores podem fazer a declaração de voto depois e o Presidente não pode apresentar uma justificação depois? Foi isso que eu fiz. -----

Ainda em relação ao QREN quero que os senhores tenham a noção que, dos cem municípios do centro, o Entroncamento, dos grandes, é o município mais pequeno. Mas dos pequenos, é o município maior. Portanto, entenderam pôr-nos nos municípios maiores. Temos que nos sujeitar a isso, estamos numa luta um bocado desigual, com Viseu, Aveiro, Coimbra, mas estamos lá na luta. Temos uma candidatura que passou a primeira fase, está na fase de

mérito e vamos ver o que é que dá nas dez candidaturas que ainda lá estão. Se calhar não vamos ter possibilidades que ela venha a ser agora aprovada. -----

Mas acreditem, todos os dias estamos aqui debruçados, todos os dias estamos a trabalhar muito, todos os dias estamos a criar as condições necessárias para que as obras não parem. Há dias na Câmara, disseram-me: «*senhor Presidente, há aqui umas obras que poderiam parar*». Mas então, depois de lançadas vamos pará-las? Não pode ser. -----

Um natal com saúde para todos e um ano novo o melhor possível para todos e que o Entroncamento continue na senda do desenvolvimento.”-----

Fez uso da palavra o **Presidente da Assembleia**: “Desejo a todos também um óptimo natal e um bom Ano Novo.”-----

Nada mais havendo a tratar, o **Presidente da Assembleia Municipal** deu por encerrada a sessão quando eram doze horas e cinco minutos. -----

Todos os assuntos agendados na Ordem dos Trabalhos foram aprovados em minuta. ---

A presente acta, depois de lida e visada pelo Primeiro Secretário, vai por ele assinada e pelos restantes membros da Mesa. -----

O Presidente da Assembleia:

O 1.º Secretário:

O 2.º Secretário:

Elaborada pela funcionária ao serviço da Assembleia Municipal:
Ana Paula Rosão – Assistente Técnico